

Jornal da Unicamp

Campinas, maio de 2001 – ANO XV – Nº 162 – DISTRIBUIÇÃO GRATUITA

PODR MAIS VAGAS

A Unicamp continua estimulando a discussão em torno do aumento de vagas nas universidades públicas. Cristovam Buarque, ex-governador do Distrito Federal e ex-reitor da UnB, e Moacyr Krieger, presidente da Academia Brasileira de Ciências, participaram da mesa-redonda “Os Desafios do Ensino Público Superior no Brasil”, apresentando propostas para atender ao número crescente de jovens que buscam assento nas instituições federais, estaduais e municipais. Páginas 4 e 5



Doença da ‘vaca louca’ exige vigilância permanente por parte do Brasil. Especialistas afirmam que nós consumimos carne de gado europeu antes de fevereiro deste ano, quando só então foram tomadas medidas preventivas.

Páginas 8 e 9

A violência sexual é mapeada em um dos estudos mais abrangentes realizados no País. Pesquisador mostra como o tormento da vítima se perpetua, devido à omissão e intolerância de familiares, órgãos policiais, correntes religiosas e até dos serviços públicos de saúde.

Páginas 10 e 11



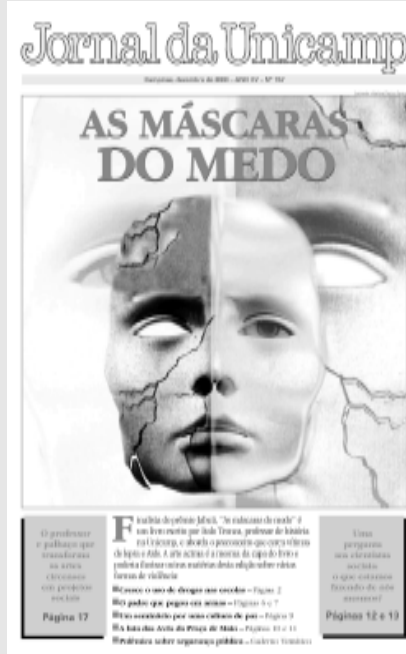
Reciclagem de lixo oferece boa economia de energia e, hoje, é fonte de sustento não apenas para analfabetos miseráveis. Na família Azzoni, pai e filhos, músicos, sobrevivem da coleta.

Caderno Temático

Alimentos orgânicos conquistam os consumidores exigentes, mas o preço alto e a pequena produção ainda impedem que a maioria da população se beneficie com esta dieta mais saudável.

Páginas 6 e 7





SEU ESPAÇO

Diante da quantidade de manifestações recebidas pela redação, o Jornal da Unicamp cria a partir deste número um espaço para os leitores. Tratando-se de uma primeira edição, julgamos conveniente selecionar críticas que oferecessem uma idéia da repercussão causada pela reformulação gráfica e editorial iniciada em meados do ano passado. Como esta seção não estava contemplada no projeto original, pedimos desculpas pela omissão de mensagens enviadas individualmente a profissionais da Ascom e que, por negligência nossa, não foram arquivadas.

■ Linguagem

Abri a página do jornal (edição 155, de outubro). Adorei mesmo. Todos os artigos são ótimos e meus filhos estão lendo. Agora vou examinar as opiniões dos vestibulandos. São muito interessantes e bem diversas a respeito da linguagem. E para ser justo com os jovens, muitos escrevem bem mesmo.

John Robert Schmitz
Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp

■ Violência

É preocupante que o *Jornal da Unicamp* publique um artigo elogioso ao livro "Cenas repetitivas da violência doméstica – um impasse entre Eros e Tanatos", da psicóloga Lucélia Braghini (edição de outubro), sem questionar os aspectos falhos da tese da doutora.

Baseada em uma metodologia questionável de sete estudos de caso, a autora defende a posição de que mulheres vítimas de violência doméstica gostam de apanhar porque elas em geral permanecem em uma situação de abuso crônico. Nada mais longe da verdade, conforme mostra a extensa literatura de quem pesquisa a área.

Em minha experiência em atender vítimas em um projeto de intervenção e pesquisa que oferece psicoterapia na Delegacia da Mulher de São Carlos, já atendemos mais de 200 pessoas e eu nunca encontrei uma mulher, vítima de violência doméstica, sadomasoquista. Pelo contrário, as vítimas relatam ter verdadeiro horror de serem agredidas, embora algumas afirmem gostar do parceiro quando ele não as agride, o que em parte já seria suficiente para explicar o fato de permanecerem na relação. As razões pelas quais elas permanecem em uma situação de abuso são complexas e múltiplas, sendo que a própria autora menciona duas variáveis: medo e culpa. Cabe acrescentar inúmeras outras como: falta de uma profissão que a sustente, baixa auto-estima, crença de que a família deve permanecer intacta, crença de que são culpadas pela violência, pre-

ocupação em fazer o que julgam melhor para os filhos, falta de terem onde morar, etc.

A explicação da autora é superficial e não leva em conta as complexidades intrínsecas à vida destas mulheres, complexidades que são inerentes à própria situação de abuso. Para fazer um paralelo, é fato conhecido que a criança maltratada raramente opta por abandonar a família que a agride. Dificilmente isto seria "explicado" pelo fato de a criança gostar de ser maltratada!

Lúcia C. de Albuquerque Williams
Laboratório de Análise e Prevenção à Violência (Laprevi)
Universidade Federal de São Carlos

■ Inovação

Gostaria de agradecer a matéria sobre o livro de Lucélia Braghini e o SOS Mulher. Esta e muitas outras matérias estão excelentes e apontando interesses inovadores para a comunidade acadêmica e outras.

Maria José de Mattos Taube
Coordenadora do SOS Ação – Mulher e Família

■ Temática

Quero parabenizar a equipe pelas mudanças introduzidas neste importante órgão da imprensa universitária brasileira. Está ótimo este número – pelos temas, pela abordagem das matérias, pelo estilo mais jornalístico.

Renato Simões
Deputado Estadual – PT/SP

■ Quase

Muito bom o novo jornal (edição 156, de novembro). Cumprimentos a toda a equipe. Bons textos, boa edição, apresentação gráfica quase impecável –

não gostei muito daquela solução de página espelhada fora da página central.

É um belíssimo produto editorial.

Pedro Fávaro
Agência Estado

■ Resultado

Consegui um exemplar da edição 156 e fiquei satisfeíssimo com o resultado do trabalho profissional de todos. Da diagramação, edição, textos, fotos e ilustrações o jornal está nota 10. Era este tipo de trabalho que todas as instituições públicas deveriam fazer no segmento da comunicação.

Gilberto Gonçalves
Comunicativa Assessoria e Consultoria
Jornalística

■ De Lisboa

Nesta época de Natal é costume enviar postais muito bonitos com frases buriladas, de recheio farfalhado ou empolgante.

Eu quero dizer-lhe bem pouco: quero agradecer-lhe o envio do *Jornal da Unicamp*, aqui, para Lisboa. Um Jornal que percorre o teclado de toda a vida maravilhosa da Unicamp, que não esqueço nunca.

Fui professor, nos anos letivos de 1987 e 1988, na Faculdade de Educação Física e, em 1988, lecionei Epistemologia, para os doutorandos da Faculdade de Educação. E vivi, no Brasil, mais propriamente na Unicamp, momentos inesquecíveis desta minha existência que já não é curta.

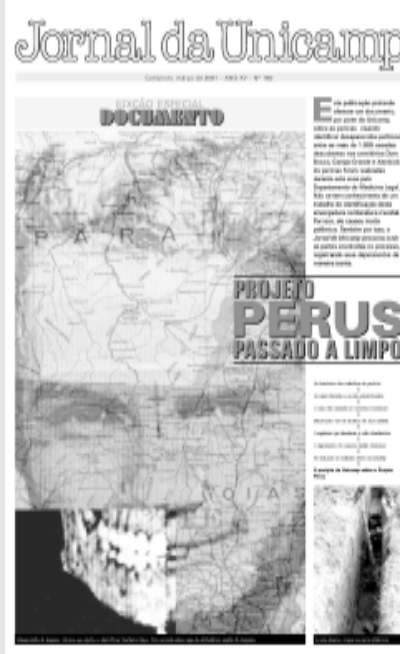
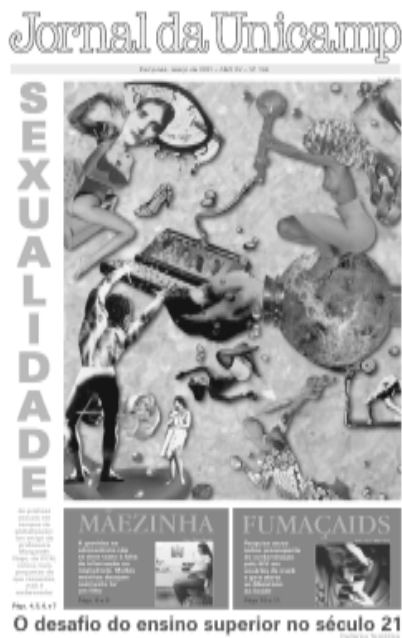
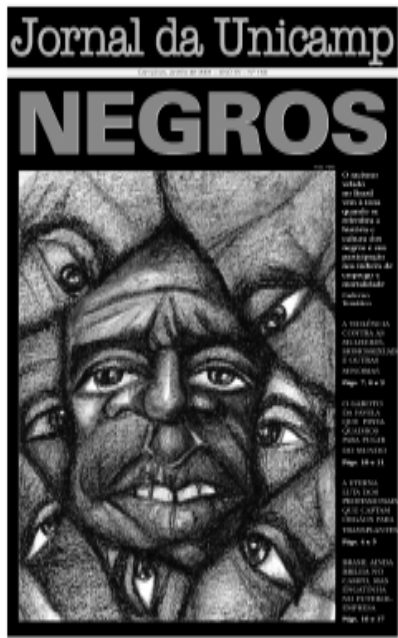
E vejo, pelo último número do *Jornal da Unicamp*, que eu envelheci, mas que esta magnífica universidade continua igual ao denunciar as opressões e os embustes; ao promover, com rigor, o conhecimento científico; e ao distinguir Homens como D. Pedro Casaldáliga e D. Paulo Evaristo Arns – Homens na

UNICAMP – Universidade Estadual de Campinas

Reitor: Hermano Tavares. Vice-reitor: Fernando Galembeck. Pró-reitor de Desenvolvimento Universitário: Luís Carlos Guedes Pinto. Pró-reitor de Extensão e Assuntos Comunitários: Roberto Teixeira Mendes. Pró-reitor de Pesquisa: Ivan Emílio Chambouleyron. Pró-reitor de Pós-Graduação: José Cláudio Geromel. Pró-reitor de Graduação: Angelo Luiz Cortelazzo.

Elaborado pela Assessoria de Imprensa da Unicamp. Periodicidade mensal. **Correspondência:** Cidade Universitária "Zeferino Vaz", CEP 13081-970, Campinas-SP. **Telefones:** (0xx19) 3788-7865, 3788-7183, 3788-8404. **Fax:** (0xx19) 3289-3848. **Homepage:** <http://www.unicamp.br/imprensa>. **E-mail:** imprensa@obelix.unicamp.br. **Editores:** Luiz Sugimoto, Álvaro Kassab e Manuel Alves Filho. **Redatores:** Antônio Roberto Fava, Isabel Gardenal, Raquel do Carmo Santos, Roberto Costa e Maria Alice da Cruz. **Fotografia:** Antoninho Perri, Dário Crispim e Neldo Cantanti. **Edição de Arte:** Oséas de Magalhães. **Diagramação:** Dário Mendes Crispim e Flávia Di Ferdinando. **Colaboradores nesta edição:** Carlos Lemes Pereira, Carlos Tidei, Tatiana Fávaro, João Maurício da Rosa e Paulo César Nascimento. **Ilustrações:** Félix. **Serviços Técnicos:** Clara Eli de Mello, Dulcineia B. de Souza e Edison Lara de Almeida. **Impressão:** R. Vieira Gráfica e Editora: (19) 229-9900. **Publicidade:** JCPR Publicidade e Propaganda: (19) 3239-0962

LEITOR
LEITOR



invulgar qualidade do seu intelecto e pelo Amor com que acolhem o seu semelhante.

E, por isso, é para mim um privilégio poder receber mensalmente o nosso Jornal. Muito obrigado. Porque não tenho medo de esfolar as mãos quando aplaudo quem o merece. Parabéns pelo Jornal que faz, na companhia de uma equipe de gente honesta e competente.

Recordo a figura de D. Paulo Evaristo Arns, apoiando, sem medo, os justos que a inquisição ditatorial fazia sentar nos bancos, não do opróbrio, mas da honra.

Manuel Sérgio

■ 'Case'

Acabo de completar minha leitura da edição sobre o caso Perus (que foi o grande case da Unicamp), e fiquei emocionada. O material jornalístico está excelente. Mostra como é possível fazer jornalismo sério em assessoria institucional. É um belo exemplo a ser seguido por outras instituições, como Petrobras, prefeituras etc. Parabéns para todos os profissionais que se envolveram nisso. Espero que ampliem sua escola.

Soraya Agege
O Globo

■ À luz

Recebi o *Jornal da Unicamp* no dia 03 de abril. Li de uma jornada só até o final. Gostaria de fazer a seguinte apreciação:

Em setembro de 1990, nos meandros de uma pesquisa jornalística, foi possível chegar à descoberta das ossadas, muito provavelmente de desaparecidos políticos, enterradas em vala comum no cemitério de Perus (SP). O Documento Especial elaborado pelos jornalistas do *Jornal da Unicamp* traz novamente à luz a reportagem que ainda não teve ponto final.

Que a matéria, ora "passada a limpo", não permita que se enterre mais uma vez o assunto na vala comum do esquecimento, sem explicações institucionais e respostas convincentes aos familiares dos mortos e aos brasileiros solidários que aguardam por ética e justiça.

João Baptista de Almeida Junior (Jotabê)
Professor de Jornalismo da PUC-Campinas

■ Ponto comum

Tenho um irmão e um vizinho que trabalham na Unicamp, mas este não é o único ponto comum entre ambos, que sequer se conhecem.

Eles não se cansam de elogiar as mais recentes edições do *Jornal da Unicamp*, destacando as várias mudanças feitas (para me-

lhor, é claro). Estou com a edição de abril aqui comigo e pude comprovar que os elogios não são gratuitos.

Luiz Guilherme Fabrini

■ Palavrinhas

Ontem, no Departamento de Ciência Política do IFCH/Unicamp, recebi a edição especial do *Jornal da Unicamp* sobre o "Projeto Perus", o que foi uma grata surpresa e revela um belo trabalho jornalístico. Nossa memória teima então em falar algumas palavrinhas.

Em 1995, no auge da fama midiática de Badan e por conta dela, ele foi presidente de uma comissão processante do processo jurídico nominado "Sérgio José Custódio e outros", movido pela então reitoria da universidade que visava a suspensão de coordenadores do DCE Unicamp da universidade.

Não só por causa do bandejão, advogou em nosso favor, como advogado do DCE Unicamp, o doutor Luiz Eduardo Greenhalgh, um dos autores do livro "Brasil: Tortura Nunca Mais".

Visto sempre nos bastidores do DOI-CODI naqueles ditatoriais anos do início dos 70, pelo próprio doutor Luiz Eduardo Greenhalgh e outros militantes da causa dos direitos humanos, não parecia que o doutor que depois faria fama meteórica estivesse ali a passeio.

O pedido de liminar do doutor Luiz Eduardo Greenhalgh foi concedido em favor do DCE Unicamp pela Justiça de Campinas e Sérgio, Abdala, Adriana e Marta viriam a concluir seus estudos de graduação na Unicamp.

Ao anunciar a punição dos coordenadores do DCE, Badan o fez bradando seu parecer para a imprensa do Brasil inteiro. Foi um Deus nos acuda quando conhecidos, familiares, amigos e amigas souberam deste jeito, pelos jornais, telefonemas aflitos e pelas tabelas, num sábado de manhã, do que acontecia com nossos nomes, ainda mais vindo da boca de um doutor "tão respeitado pela sociedade". Do nosso desespero pessoal e do desespero de nossos familiares nunca esqueceremos.

Com a ajuda do jornalista Sérgio de Souza, editor da revista *Caros Amigos*, no ano de 1999, por ocasião do "affair" de uma CPI no Congresso Nacional, onde o "doutor" estava, agora não muito confortável e risonho, novamente nos holofotes, propusemos e efetivamos, com a solidariedade de outros estudantes da Unicamp e o apoio político da então Coordenadora Geral do DCE, Regiane Beltran, o enterro simbólico do festejado homem de outrora no mesmo bandejão de tantas histórias.

A história da repressão no Brasil, que geralmente vitima os que lutam por transformação social, com certeza ainda tem muitas páginas para serem escritas. Mas, cada vez que aparece um fato jornalístico como o que vocês ofereceram para a comunidade da Unicamp e a sociedade no geral, ainda que premiados pelas contingências da realidade de poder no seio da universidade, os olhos se enchem de água, porque a vida ganha sua verdadeira dimensão e os

combatentes pela humanização do mundo, lutadores e lutadoras do povo, esperançosos construtores de novos dias, com mais justiça e igualdade social, afirmam a necessidade de luta, sempre. Parabéns.

Sérgio José Custódio

■ Arquivo

Parabenizo a equipe de jornalistas, fotógrafos, produtores, diagramadores, enfim, todos que fazem o informativo da Unicamp. Acabo de receber a edição especial de Perus e fiquei maravilhada com a qualidade do material. O jornal está simplesmente perfeito. É um documento histórico digno de fazer parte das melhores bibliotecas do mundo. O meu exemplar já está arquivado e servirá de fonte de pesquisas. Quando trouxe para a redação da TV, onde trabalho, foi um alvoroço. Todos queriam ler e vários colegas me pediram para levá-lo para casa, o que não permiti, temendo ficar sem ele.

Denise Moura
TV Serra Dourada

■ Familiares

Quero registrar meu contentamento ao ver a edição 160 do *Jornal da Unicamp*. Muito oportuna, coerente e esclarecedora a pauta da edição. A nós, familiares de desaparecidos, resta a luta pelo resgate da história de cada um deles, e a insistência para que esta memória não morra.

Creio que o público universitário precisa muito conhecer a verdadeira história do nosso país e saber o quanto podemos estar próximos de ações semelhantes se não estivermos atentos. Temos buscado, incessantemente, as respostas que trazem angústia às nossas famílias, e ainda não somos respeitados como cidadãos, da forma que deveríamos ser.

Se todos os jornalistas estiverem conscientes desse papel, poderemos acreditar na justiça, mesmo que para as próximas gerações.

Especialmente, me emociona ver a matéria sobre o resgate de Maria Lúcia Petit, pois foi na busca dos restos mortais de meu irmão que a encontramos, em Xambioá.

Para nós do Araguaia, foi um passo muito importante e revelador. Ainda aguardamos uma posição do governo sobre as ossadas que trouxemos em 1996, também de Xambioá, que suspeitamos sejam de João Carlos. Algo há que impede o desenrolar desse episódio.

De qualquer forma, parabenizo toda a equipe pelo trabalho. Sigam assim, com garra, ética e coragem. Recebam um abraço fraterno.

Sônia Maria Haas
Irmã de João Carlos Haas Sobrinho,
médico gaúcho morto em 1972,
no Araguaia

RECARREGAMOS CARTUCHOS

TONER e JATO DE TINTA

GARANTIA TOTAL • FAZEMOS NA HORA

**CARTUCHOS VAZIOS VALEM DINHEIRO...
...NÓS COMPRAMOS OS SEUS !!!**

ENTREGAS À DOMICILIO ABERTO AOS SÁBADOS

CAMPINAS ☎ 3243-1252 Av. Andrade Neves, 1990 - AMERICANA ☎ 468-4908

RVE

R. VIEIRA GRÁFICA & EDITORA LTDA

FOFONE: 0 (0XX) 19 3229-9900
FONE/FAX: 0 (0XX) 19 3267-1966

e-mail: grafica@vieira.com.br
www.vieira.com.br

Consulte-nos sobre:

- Livros - Didáticos, Técnicos, Anais, Resumos
- Manuais
- Revistas
- Jornais e Informativos
- Apostilas
- Impressos para congressos: Folders, Cartazes, Pastas com ou sem bolsa, Crachás, Blocos para Rascunho, Certificados
- Papelaria: Papel carta, Cartões de Visita, Envelopes

Por mais vagas nas universidades públicas

Debatedores sugerem medidas para democratizar acesso

MANUEL ALVES FILHO

manuel@reitoria.unicamp.br

Ampliação do número de vagas nos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras, sem o comprometimento da qualidade do ensino, constituiu o tema central de uma mesa-redonda denominada "Os Desafios do Ensino Público Superior no Brasil", promovida no último dia 5 de abril pelo Fórum de Reflexão Universitária da Unicamp. No evento, que esteve aberto à comunidade e foi realizado no Centro de Convenções da Universidade, os debatedores sugeriram uma série de medidas para ampliar o acesso à universidade pública. Para viabilizar a expansão do número de vagas, foram discutidas propostas como a diminuição da carga horária de aulas expositivas, a eliminação de disciplinas que repetem conteúdos, o aumento do número de alunos em sala de aula e o apoio didático de pós-graduandos. O objetivo da iniciativa foi envolver a comunidade universitária nessas discussões, consideradas urgentes pelo crescente número de jovens que batem às portas das universidades.

Participaram do encontro o ex-governador do Distrito Federal e ex-reitor da Universidade de Brasília (UnB), Cristovam Buarque; o vice-presidente da Comissão de Educação da Assembléia Legislativa de São Paulo, deputado estadual César Callegari (PSB); o presidente da Academia Brasileira de Ciências e pesquisador do Instituto do Coração, Moacyr Krieger; e o professor da Faculdade de Ciências Médicas e membro do Fórum de Reflexão Universitária da Unicamp, Anibal Vercesi.

O evento foi aberto pelo reitor da Unicamp, Hermano Tavares. Na apresentação, o pró-reitor de Pesquisa, Ivan Chambouleyron, falou da origem do Fórum de Reflexão Universitária, criado por ele há dois anos em função da necessidade que sentiu de um espaço de discussão que não estivesse influenciado por questões não-acadêmicas. O Fórum é hoje composto pelos professores Anibal Vercesi



Anibal Vercesi, do Fórum de Reflexão: "Aluno precisa aprender a aprender"



Mesa-redonda sobre os desafios no ensino superior, no Centro de Convenções: Unicamp poderia quadruplicar número de vagas

(FCM), Daniel Joseph Hogan (IFCH), José Mario Martínez (IMECC), José Roberto de França Arruda (FEM/PRP), Oswaldo Luiz Alves (IQ), Paulo Arruda (IB) e Rodolfo Hoffmann (IE), além do próprio professor Chambouleyron. Por indicação do Fórum, o moderador da mesa-redonda foi o pró-reitor de Graduação da Unicamp, Angelo Cortelazzo.

Os debatedores foram unânimes em avaliar que o número de vagas oferecidas pelos cursos de graduação das universidades públicas brasileiras está muito aquém da necessidade do País. Atualmente, apenas 12% dos jovens entre 18 e 24 anos frequentam escolas de ensino superior no Brasil. Em São Paulo, este percentual é de cerca de 15%, o que equivale a um contingente de 740 mil alunos matriculados. Destes, somente 121 mil (ou 16%) estudam em instituições públicas federais, estaduais e municipais, sendo que, destas últimas, a maioria é de universidades pagas. As três universidades estaduais paulistas contam com cerca de 80.000 alunos matriculados, o que representa menos de 11% das matrículas.

Quadruplicar as vagas – A questão que se coloca é como aumentar de maneira significativa o acesso à escola pública sem que isso exija grandes investimentos ou comprometa a qualidade do ensino. A resposta, conforme os especialistas, está no esforço conjunto da sociedade e na revisão do modelo pedagógico atual. De acordo com o professor Vercesi, algumas mudanças pedagógicas poderiam ajudar a quadruplicar o número de estudantes de graduação em instituições como a Unicamp. Ele destacou que muitos cursos estão inchados de disciplinas desnecessárias, que repetem conteúdos. No entender do Fórum de Reflexão Universitária, é possível reduzir o volume de horas/aula e ainda assim garantir um aprendizado de

qualidade.

Vercesi se vale de uma experiência pessoal para explicar como seria importante promover uma mudança estrutural no atual modelo de ensino das universidades. "Na faculdade de medicina, eu tive oito aulas sobre contração muscular, uma informação que quase não é utilizada na prática. Em compensação, nunca tive uma aula sobre como comunicar a um paciente que ele é portador de uma doença incurável", conta. O modelo de sistema educacional, lembra o professor da FCM, prende muito o estudante em sala de aula. "Temos que dar mais tempo para que o aluno vá à biblioteca e aprenda a aprender", explica. A consequência natural dessa alteração, acrescenta o professor, seria a sobra de tempo para que os docentes se dediquem a um número maior de alunos sem comprometer seu trabalho em pesquisa.

Ainda segundo o membro do Fórum de Reflexão Universitária da Unicamp, as turmas dos cursos de graduação são muito pequenas. Para dar um exemplo dessa realidade, Vercesi cita novamente uma experiência própria: "As vezes, eu passo a tarde ensinando quatro ou cinco alunos. O custo de um estudante, nesse caso, é extremamente elevado", sustenta. A alternativa, defende o docente, é trabalhar com turmas maiores, em anfiteatros que comportem 200 estudantes ou mais, como ocorre em universidades da Argentina e França. Outra medida sugerida pelo professor compreende o aproveitamento de alunos de pós-graduação como assistentes de ensino. Eles auxiliariam nas atividades laboratoriais e na solução de problemas e dúvidas dos estudantes. Outra opção seria a adoção de Ciclos Básicos de dois anos em grandes áreas (Exatas, Biológicas e Tecnológicas), com o fornecimento de diploma para os alunos que completassem um mínimo de créditos.

ENSINO
ENSINO



Cristovam Buarque, ex-reitor da UnB: "A universidade está letárgica e precisa ser despertada"

A mundialização do saber e outros desafios

Para o ex-governador de Brasília, Cristovam Buarque, o ensino superior no Brasil tem cinco desafios a enfrentar ao longo dos próximos anos. O primeiro refere-se ao que ele classificou de "mundialização do saber". Nas palavras do ex-reitor da UNB, "temos que perder a modéstia de pensar a universidade brasileira como se fosse um problema unicamente nacional. O saber é universal". O segundo desafio, conforme Buarque, está em compreender e aceitar o fim do monopólio da transmissão do conhecimento. "Atualmente, muitos jovens desenvolvem ciência sem sequer frequentar a universidade. Isso fica muito claro na área de informática. Temos que ter a modéstia de buscar esse conhecimento onde ele estiver. Hoje, é possível aprender também pela televisão ou pela Internet", lembra.

Também é indispensável, conforme Buarque, que o estudante mantenha vínculo com a universidade mesmo depois de formado. "O aluno tem que permanecer nesta condição até o fim da vida e não até o fim do curso. A reciclagem é fundamental num mundo em que o conhecimento pode estar obsoleto seis meses depois da obtenção do título. É possível reduzir o tempo de permanência do estudante em sala de aula, desde que se amplie o contato dele com a universidade ao longo da vida".

O ex-governador considera, ainda, que é preciso enfrentar um desafio de ordem ética. Na visão de Buarque, faz-se necessário repensar a produção do conhecimento. "Temos que decidir se vamos utilizar o aprimoramento genético para criar uma nova civilização ou se o voltamos para a construção de uma sociedade mais justa e solidária", diz. Por último, o ex-reitor da UnB cita a urgência de ações no nível político. Ele afirma que a universidade está letárgica e precisa ser despertada. "Ouvir o mundo não é ouvir somente a comunidade interna. É preciso entender o recado das ruas. Precisamos propor coisas novas. Reivindicar não é o mesmo que propor. Temos que lutar por uma nova estrutura e uma nova ética", conclama.



César Gallegari, deputado estadual: defesa do ensino gratuito

Cursos de graduação de dois anos

O que a universidade pública fazia enquanto o ensino privado se expandia rapidamente ao longo dos últimos 20 anos? A resposta a esta pergunta, segundo o presidente da Academia Brasileira de Ciências, Moacyr Krieger, é simples: "Nós duplicávamos a nossa produção científica". Na década de 80, destaca o pesquisador, as instituições públicas formavam uma média de 500 doutores por ano. No ano passado, esse número saltou para 5 mil. "Nós nos concentramos no que não tínhamos, que era a instalação da capacidade científica. Sob esse ponto de vista, a universidade pública é um sucesso. Infelizmente, não podemos dizer o mesmo sobre a graduação", avalia.

Krieger afirma que a ampliação da oferta de vagas no nível da graduação não pode mais esperar. De acordo com ele, o esforço anterior tem que render frutos agora. "Tanto no que se refere à democratização do acesso às escolas de ensino superior público, quanto na forma de desenvolvimento para a sociedade". Na opinião do presidente da Academia Brasileira de Ciências, a adoção de cursos de graduação de dois anos, a exemplo do que ocorre nos Estados Unidos, é factível e pode ser aplicada à necessidade brasileira.

O deputado estadual César Gallegari, que se apresentou como um defensor do ensino público gratuito, reforçou a necessidade de a sociedade trabalhar para que as universidades abriguem um número maior de alunos de graduação. Entretanto, o parlamentar ponderou que não é mais possível que as instituições públicas paulistas, que recebem aproximadamente R\$ 2 bilhões ao ano dos cofres do Estado, tenham apoio incondicional. "A defesa da universidade pública deve estar necessariamente ligada à ampliação do acesso da fatia mais carente da população aos cursos de graduação, bem como do compromisso de elevação da qualidade do ensino, da pesquisa e da extensão", afirmou o deputado.

Segunda abolição – Aproveitando a linha de raciocínio do deputado do PSB, o ex-governador do Distrito Federal chegou inclusive a lançar uma proposta de contrapartida à garantia da aprovação de recursos para as universidades públicas. De acordo com Buarque, poderia ser firmado um pacto em que as instituições de ensino superior assumiriam compromissos objetivos com a sociedade, tais como o desenvolvimento de programas de erradicação do analfabetismo ou de formação de determinados profissionais.

Buarque surpreendeu a plateia que acompanhou a mesa-redonda ao manifestar o seu entendimento de democratização do acesso às universidades. De acordo com o educador, democracia não é facilitar a entrada indiscriminada de pessoas no ensino pú-

blico superior. O ex-reitor da UnB afirma que sempre haverá algum tipo de exame de seleção e que apenas os melhores conseguirão uma vaga. "O importante é que os conhecimentos gerados pelas universidades cheguem à sociedade, sobretudo aos seus membros mais carentes. Médicos, professores e pesquisadores de várias áreas precisam estar comprometidos com programas de caráter social. Isso é democracia", defende. Ainda conforme Buarque, o Brasil necessita atualmente de deflagrar uma segunda abolição. "Temos que livrar nossa gente da pobreza. E essa missão passa necessariamente pela universidade", diz, em meio aos aplausos do público.

No fechamento do evento, o pró-reitor de Pesquisa agradeceu a participação dos debatedores e o apoio da Reitoria e lembrou que o debate foi apenas um passo num processo que deve ter continuidade e resultar em mudanças institucionais positivas num futuro não muito distante. Chambouleyron informou que as principais conclusões da mesa-redonda serão divulgadas na forma de um livro e de um programa de televisão, que deverá ser brevemente veiculado por meio do Canal Universitário e de outras TVs universitárias do país.



Moacyr Krieger, da Academia de Ciências: "Tivemos sucesso na formação de doutores, mas fracassamos na graduação"

O ENSINO DE GRADUAÇÃO

País	Percentual alunos em escolas públicas
Inglaterra	99%
EUA	72,4%
Brasil	41,6%
Argentina	90%
França	92,2%

Fonte: Academia Brasileira de Ciências



Colégio Rio Branco-Campinas

Uma escola perto de você que leva seu filho longe...

Ao lado da Unicamp

Educação Infantil
Ensino Fundamental
Ensino Médio (3º ano integrado)



Há 138 anos oferecendo a mais bonita e singela flor para uma mãe: a felicidade de seu filho!

Rua Cecília Feres Zogbi, s/nº, B.Geraldo Fone: 32891250 e-mail: colegio@riobranco.org.br

Come-se o que se planta

Alimento orgânico vem conquistando consumidor exigente, mas popularização esbarra no preço alto e baixa produtividade

MARIA ALICE DA CRUZ
alice@unicamp.br

Numa terra “em que se plantando tudo dá” é preciso saber o que se planta, como se planta, o que se come. Os alimentos orgânicos vêm conquistando um mercado exigente, como reflexo dos impactos causados pela agricultura convencional – degradação do meio ambiente e a redução de mão-de-obra e de subsídios estatais.

Produtos ecologicamente corretos são o que o consumidor procura cada vez mais, constata Adalberto Azevedo, auxiliar técnico de pesquisa no Núcleo de Estudos da População (Nepo) da Unicamp, em seu estudo sobre as atividades agrícolas sustentáveis praticadas na Divisão Regional Agrícola de Campinas. Com financiamento do CNPq, ele investigou as recentes mudanças nos padrões de desenvolvimento tecnológico e seus efeitos ambientais e sociais.

O pesquisador afirma que os produtos da agricultura orgânica são os mais indicados para quem quer uma alimentação saudável, pois dispensam a utilização de agroquímicos. A fertilização do solo é feita com adubo natural, produzido a partir de leguminosas, como a crotalária, esterco de origem animal e micronutrientes orgânicos. A infestação de ervas invasoras, as daninhas, é controlada com a inserção de predadores naturais dessas ervas nas lavouras e manutenção do solo coberto com restos vegetais. Insetos, pragas e doenças são controlados com a aplicação de extratos naturais de plantas que atuam como inseticidas e fungicidas, entre outros meios inofensivos à natureza, ao consumidor e ao agricultor.

Pessoas em busca de uma dieta saudável, contudo, também precisam atentar para o fato de que é pequena diferença entre as técnicas utilizadas para garantir a higiene dos produtos hidropônicos e aquelas da agricultura convencional. Confundidas com alimentos orgânicos, as hortaliças hidropônicas têm necessariamente de receber fertilizantes químicos para se desenvolver, uma vez que são plantadas fora de seu ambiente natural, em tubos plásticos, por onde circula água continuamente. Esta água recebe ingredientes químicos para nutri-la, o que foge completamente do conceito de cultivo orgânico.

Preço alto – Mas não é somente a falta de informação que afasta grande parte da população do mercado de orgânicos. Segundo Azevedo, o consumidor esbarra em outro obstáculo a ser resolvido pelos pequenos produtores: o alto preço desses alimentos. Seus preços são, em média, 40% maiores que os dos produtos convencionais; o trigo chega a custar 200% acima, e o açúcar, 170%.

A produção em larga escala levaria à diminuição dos preços, mas ainda não se consegue atender à demanda. Em pesquisa realizada na região de Vargem Grande, Cotia e São Roque, no



Agricultor colhe cheiro-verde em plantação de Barão Geraldo, nos arredores da Unicamp: ainda falta a produção em larga escala

interior paulista, a professora Maria Alice Garcia, do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp, questiona a sustentabilidade da técnica orgânica, à medida que não atinge, até o momento, a população regional. A pesquisadora constatou que os produtos estão restritos a uma elite, além serem direcionados primordialmente para a rede de supermercados da cidade de São Paulo.

Entre os fatores que encarecem esses alimentos está a perda de capital sofrida pelo pequeno agricultor com o tempo de descontaminação do solo, uma exigência das agências certificadoras de Agricultura Natural de Campinas (ANC), visando à obtenção do certificado de garantia. O tempo de descontaminação é de 12 meses, o que faz com que o agricultor só recupere o investimento dois anos depois de introduzir seus produtos no mercado. “Torna-se difícil atender à demanda logo nos primeiros anos”, afirma Azevedo.

Mão-de-obra – Outra justificativa para o custo elevado é o suposto aumento de mão-de-obra. Para Maria Alice, porém, é um argumento que não procede. Em sua pesquisa de campo, ela observou que a agricultura orgânica não exige, necessariamente, mais trabalhadores que a convencional. Depende da cultura e do conhecimento que o agricultor utiliza para manejar seu sistema. “A aplicação de herbicidas nem sempre implica redução de mão-de-obra, especialmente em horticultura. O preço alto, na verdade, é fixado como um prêmio ao produtor por não estar usando agrotóxicos. E também porque a oferta ainda é menor que a demanda”, afirma.

Adalberto Azevedo, por seu lado, prevê uma mudança no perfil do consumidor, já que o mercado mostra um crescimento em nível mundial. Segundo dados que ele coletou na Coordenadoria de Assistência Técnica Integrada (Cati) de Campinas, a cidade de São Paulo, sozinha, tem um potencial de consumo de US\$ 5 milhões anuais. Na década de 90, o mercado brasileiro de produtos orgânicos cresceu 50% ao ano. A área plantada é de 100 mil hectares, para uma receita de US\$ 150 milhões. O consumo interno responde por US\$ 20 milhões desse total; o restante é obtido com exportações para países como Alemanha, França e Japão. Pelo *ranking* da certificadora Farm Verified Organic (FVO), dos Estados Unidos, o Brasil é o 34º colocado na produção mundial de orgânicos e o segundo na América Latina.

O International Trade Center (ITC) aponta como maiores produtores de orgânicos os Estados Unidos, Europa e Japão. A taxa de crescimento anual das vendas no varejo, que há quatro anos era de apenas 1%, ultrapassou 10% em 2000. No continente europeu, esse aumento é de 25% ao ano, com uma área de cultivo 25 vezes maior que a do Brasil. Em escala mundial, a produção orgânica rende US\$ 23 bilhões anuais e o mercado cresce em torno de 18% ao ano. A Europa é responsável por 23,6% da produção do planeta.

O Programa Brasil Empreendedor Rural, do Ministério da Agricultura e Abastecimento, prevê maior apoio do governo para a agricultura sustentável. O Banco do Brasil e o Banco do Nordeste disponibilizam linhas de crédito para o cultivo de orgânicos. Um convênio entre o Instituto Biodinâmico de Botucatu e a Associação de Agricultura Orgânica de São Paulo viabiliza o certificado de procedência exigido pelos bancos para o acesso ao crédito, o sistema de sustentabilidade, o controle, investimento e comercialização da safra.

am sua safra sem a presença de intermediários. Dele é o lucro, assim como a consciência sobre a hora certa para o plantio, controle biológico e colheita.

A professora Maria Alice Garcia defende a produção voltada para o público interno. Ela observa que grande parte dos orgânicos é comercializada na Grande São Paulo e hoje busca-se a exportação para a Europa. As fontes consultadas por Azevedo também revelaram crescimento da exportação brasileira, principalmente para a Argentina. Mas, nas expectativas do pesquisador, essa negociação é que pode estimular a oferta de trabalho, pela própria necessidade do aumento da produção, e possibilitar o atendimento da demanda regional. “Se queremos alimentar o mundo com produtos saudáveis, precisamos pensar em agricultura de larga escala, mesmo que sejam pequenos produtores”, finaliza Maria Alice.

Autonomia para o agricultor

Com a adoção da cultura orgânica ganha o agricultor, o empregado rural, o consumidor e a natureza. O lençol freático passa a ser poupado da contaminação por produtos químicos que escorrem na água utilizada para irrigação da lavoura convencional. Qualidade ambiental significa diminuição do risco de doenças.

A fixação da população no campo, por meio da geração de empregos, é outro efeito benéfico, segundo a pesquisa do administrador público Adalberto Azevedo. Na sua opinião, o emprego perdido com o avanço tecnológico pode ser reconquistado com a produção de orgânicos em maior escala.

O agricultor reconquista sua autonomia, pelo pleno conhecimento de seu trabalho e pela possibilidade de comercializar diretamente o produto. Azevedo afirma que 50% dos pequenos produtores que decidiram investir no cultivo orgânico negoci-



Adalberto Azevedo: produção maior garante mais emprego

ALIMENTOS
ALIMENTOS

Agricultura orgânica: uma agricultura sustentável?

MARIA ALICE GARCIA*

Na última década, práticas de agricultura com baixo uso de insumos – às vezes chamadas biodinâmica, ecológica, orgânica – foram adotadas por pequenos agricultores em áreas rurais próximas a regiões industrializadas. As principais causas apontadas pelos agricultores para adoção dessas práticas foram os elevados preços dos adubos e praguicidas e a consciência a respeito dos efeitos de agrotóxicos sobre a saúde humana, vida silvestre e a degradação de recursos naturais. A proximidade de grandes centros consumidores, onde parte da população esclarecida valoriza essas iniciativas, tem permitido a manutenção e a evolução desses agroecossistemas.

Alguns princípios gerais são normalmente obedecidos quando o agricultor busca maior sustentabilidade ecológica e independência de insumos químicos no agroecossistema, sendo que rotação de culturas, manutenção da diversidade, manejo ecológico de pragas e doenças, integração entre produção vegetal e animal são essenciais e interferem diretamente com a escolha de tecnologias.

Embora com diferentes motivações, muitas vezes puramente econômicas, o agricultor orgânico deve orientar-se de acordo com normas técnicas que regem esse sistema de produção. A base dessas normas é a proibição do uso de agrotóxicos, a conservação dos recursos naturais, como água e solo, e a implementação da biodiversidade, sendo o primeiro item obrigatório para caracterizar qualquer sistema orgânico.

Um conjunto diverso de insumos alternativos se desenvolveu nos últimos anos em substituição aos agroquímicos (adubos e pesticidas), alguns com eficiência comprovada e muitos questionáveis. A dependência de adubo de origem animal externo ao agroecossistema é uma realidade para todos os sistemas orgânicos. Por outro lado, o controle biológico natural se estabelece com facilidade em agroecossistemas livres de agrotóxicos e é amplamente difundido. Mas a venda de inimigos naturais, como joaninhas, já é um negócio nos Estados Unidos. O uso de inseticidas biológicos, tais como *Bacillus thuringiensis* para o controle de pragas do grupo dos lepidópteros e alguns coleópteros é ferramenta importante e bastante usada por agricultores orgânicos. A vertente insumista também existe na agricultura orgânica e há o risco de uma tendência exagerada à substituição de insumos, que também movimentam um mercado específico, tornar-se mais importante do que a busca de sustentabilidade em agroecossistemas alternativos.

Uma vez que a diversificação genética, de espécies e a redução de uso de agroquímicos são princípios para uma agricultura sustentável, até o momento a biotecnologia não contribuiu para o desenvolvimento desses sistemas, embora tenha potencial de fazê-lo. O desenvolvimento de linhagens de cultivos resistentes a condições de estresse hídrico ou a solos pobres, por exemplo, poderia ajudar na direção de uma agricultura mais sustentável.

Parâmetros socioeconômicos – A adoção de práticas orgânicas pelo agricultor depende de um conjunto de fatores que vão além das características do ambiente físico e do conhecimento a respeito das opções tecnológicas disponíveis. Observamos que muitas dessas tecnologias vêm sendo adotadas em diferentes graus. No entanto, muitos dos agricultores que gostariam de manter áreas de vegetação nativa, alta diversidade, com integração de produção animal em seus sistemas, usar cobertura morta, utilizar rotação de seus cultivos com leguminosas, não o fazem por ter limitação de mão-de-obra, que é basicamente familiar, além da limitação de terra e necessitam de retornos econômicos a curto prazo, o que nem sempre essas práticas garantem, principalmente nos primeiros anos após serem adotadas. Assim, a incorporação de um paradigma em que o conjunto de parâmetros – boa produtividade, estabilidade na produção, conservação dos recursos e da biodiversidade, e equidade social sejam adotados para mensurar a performance de agroecossistemas – pressupõe mudanças profundas em nível socioeconômico. Não pode ser reduzido a questões tecnológicas ou de disponibilidade de informação. A racionalidade do agricultor abarca todo o contexto socioeconômico em que está inserido para tomar suas decisões e garantir a sua continuidade e reprodução no sistema.

De acordo com os dados obtidos em nossa pesquisa, atualmente os pequenos agricultores orgânicos da região se mantêm em virtude de um esquema de ocupação de um mercado em expansão. Há um nível mínimo de organização que permite a comercialização de forma coletiva em feiras e mercado especializado. Atualmente já existe o a figura do empresário intermediário, mas com características um pouco distintas do encontrado para sistemas convencionais, tendo relevância na organização da produção e garantia de escoamento. Mesmo com intermediário, o retorno econômico ainda é satisfatório para o produtor, uma vez que seus produtos são comercializados a preços acima dos produtos convencionais. Atualmente, cada agricultor mantém, no entanto, completa independência e autonomia quanto à forma de organizar e estruturar seu agroecossistema. A expansão desse mercado é evidenciada pelo fato de algumas empresas já estarem articulando contratos para exportação de produtos orgânicos. É de grande importância o acompanhamento das respostas dos agricultores às tendências de ampliação de demandas, exportação, e ao ingresso de grandes grupos agroindustriais e supermercados na produção e comercialização de produtos orgânicos. Com a tendência evidente de ampliação de mercado, a questão da escala para organização de agroecossistemas sustentáveis e de produção orgânica, que muitas vezes é colocada como barreira à entrada da agroindústria neste setor, poderá ser analisada a partir de dados concretos.

A intensa demanda de mão-de-obra, que aparece como característica dos sistemas de produção orgânica atuais, está muito mais associada, especialmente em horticultura, ao que podemos chamar de maquiagem dos produtos e atividades pós-colheita, tais como embalagens, selos etc., do que com as demais etapas do processo produtivo. No entanto, certamente a mecanização mais adequada, com o desenvolvimento de máquinas menores e mais leves, com características compatíveis com o desenho de agroecossistemas diversificados poderia elevar ainda mais a eficiência desses sistemas, reduzindo a demanda de mão-de-obra e elevando a produtividade.



Maria Alice Garcia, do IB: "A venda de 'joaninhas' já é um negócio nos EUA"

Espaço a ser ocupado - Finalmente, há que se considerar que a experiência dos agricultores orgânicos e sua relação com o sistema de cultivo acaba levando a uma otimização da alocação do esforço para a produção. Observamos, porém, que há um grande espaço a ser ocupado pelo desenvolvimento de tecnologias direcionadas ao aprimoramento desses sistemas, tornando-os mais técnica, ecológica e economicamente sustentáveis.

Quanto à sustentabilidade social, observamos que há uma grande carga de trabalho familiar nos sistemas orgânicos estudados, mas as relações de contrato de trabalho não diferem das relações gerais do setor. Portanto, adotar tecnologias de produção agrícola ecologicamente mais adequadas não implica, de forma alguma, a adoção de relações sociais mais equitativas. Além disso, o prêmio pago por produtos sem agrotóxicos ou orgânicos torna-os acessíveis apenas a uma elite que pode pagar mais por esses produtos. Os projetos de ampliação da produção orgânica atual visam o atendimento especialmente do mercado europeu. Não podemos esperar, a curto prazo, uma redução de preços por aumento de oferta. Portanto, embora a produção orgânica apresente muitas vantagens sob o ponto de vista ecológico, ela não atende às necessidades de uma população local, não aumenta a segurança alimentar dessa população e, em escala regional e global, contribui com um item adicional para desigualdades sociais.

A equidade como parâmetro de sustentabilidade de sistemas de produção de alimentos pressupõe uma concepção de relações humanas e sociais distintas da encontrada no modelo político e de desenvolvimento baseados apenas em leis de mercado e capital. Quando apontamos as contradições acima, fica evidente que, para uma produção ecológica, econômica e socialmente sustentável de alimentos, direcionada à segurança em qualidade e quantidade de alimentos para as populações humanas, não bastam soluções técnicas e práticas ecologicamente corretas.

Imóvel! Agora você pode adquirir!

ATENÇÃO Se você paga aluguel e quer continuar neste pesadelo, o problema é seu!
Mas se você quiser realizar o sonho da casa própria, o problema é nosso.

IMPORTANTE: PARA SUA SEGURANÇA, PROCURE SEMPRE EMPRESAS AUTORIZADAS E FISCALIZADAS PELO BANCO CENTRAL E ASSOCIADA A ABAC

COMO UTILIZAR:	VEJA EXEMPLOS DE CRÉDITOS:		
	Créditos	Prazo	Parcelas
▶ CASAS	R\$ 30.000,00	120	R\$ 323,70
▶ APARTAMENTOS	R\$ 40.000,00	120	R\$ 431,60
▶ CHÁCARAS	R\$ 50.000,00	120	R\$ 539,50
▶ SÍTIOS	R\$ 60.000,00	120	R\$ 647,40
▶ SALAS COMERCIAIS	R\$ 70.000,00	120	R\$ 755,30
▶ TERRENOS	R\$ 100.395,51	180	R\$ 737,58
▶ E AINDA PARA CONSTRUIR	R\$ 122.705,63	180	R\$ 901,49
▶ E REFORMAR			

VEJA COMPARATIVO COM SFH:				
	Valor	Prazo	Parcelas	Mensal
SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO	R\$ 120.000,00	15 anos	180	R\$ 1.969,00
CONSÓRCIO DE IMÓVEIS CIDADELA	R\$ 120.000,00	15 anos	180	R\$ 900,00

(19)
3213-4049
3213-7325
Fale com um Representante

A SUA GRANDE MUDANÇA COMEÇA AQUI



CONSÓRCIO DE IMÓVEIS CIDADELA
e-mail: cidadela@bol.com.br

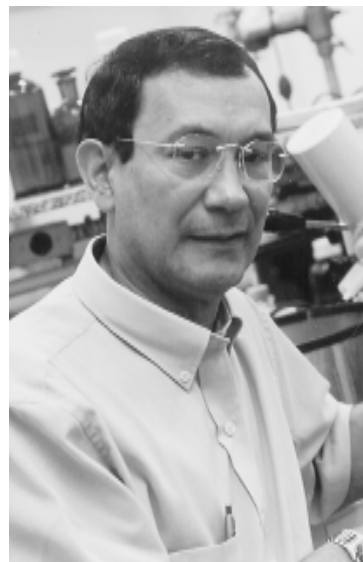
AV. ANDRADE NEVES, 1971 - CASTELO - CAMPINAS - SP
GRUPO CIDADELA - HÁ 37 ANOS TORNANDO SEU SONHO REAL

Loucura encubada

Desprezada em informações distorcidas pelo nacionalismo, doença da 'vaca louca' ainda exige vigilância permanente

CARLOS TIDEI
becapi@uol.com.br

Certamente a população brasileira consumiu carne de gado europeu, suspeita portanto de contaminação pelo mal da *vaca louca*, até fevereiro deste ano, quando – e somente por pressão do embargo de importação de carne brasileira pelo Canadá (e do Comitê Científico da União Européia sediado em Bruxelas, Bélgica) – foram tomadas algumas providências sanitárias adequadas para proteção da saúde dos brasileiros. Se algum consumidor foi contaminado no Brasil e desenvolveu a doença, ou a possui encubada, dificilmente haverá registro, tanto por falta de um mapeamento específico como por falhas de diagnóstico.



Jaime Farfan: risco do excesso de auto-confiança na sanidade do rebanho

O fervor nacionalista mobilizou a sociedade brasileira, com alguns setores promovendo manifestações de boicote a produtos canadenses, como os portuários de Santos e membros da Abredi (Associação Brasileira de Restaurantes Diferenciados) – que provavelmente serviram carne importada aos clientes. A imprensa brasileira, em geral, preferiu endossar o nacionalismo e creditar o embargo à disputa comercial na área de aviação, e até o presidente da República declarou “guerra” comercial contra o Canadá. Passados os discursos acalorados, chegou o momento de, serenamente, técnicos e especialistas da área reverem posições para melhor proteger a saúde do consumidor brasileiro.

Diante da necessidade de iniciar uma campanha de



educação e conscientização do segmento produtivo (pecuária) de carne bovina, bem como o segmento industrial (matadouros e frigoríficos), a Sociedade Brasileira de Ciência e Tecnologia de Alimentos (SBCTA) promoveu no dia 20 de abril, no auditório da Faculdade de Economia e Administração (FEA) da USP, em São Paulo, o simpósio “A Indústria de Produtos Cárneos e a Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB)”, com participação de especialistas da Unicamp, USP, UFL e Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

“O maior perigo é o excesso de auto-confiança de que não existe a doença no Brasil. É um tremendo engano pensar que estamos isentos do problema”, alerta o professor Jaime Amaya Farfan, da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp, um dos organizadores do evento. Segundo ele, apesar de o Brasil ter sido declarado como de “risco 1” (o mais baixo atualmente en-

tre os exportadores), existe a necessidade de discutir a problemática, na ausência do fator emocional inicial, para despertar no produtor e no industrial a consciência que leve à prevenção e à manutenção da categoria de baixo risco em EEB.

Maior rebanho – O Brasil possui o maior rebanho bovino comercializável no mundo todo, estimado em mais de 150 milhões de cabeças. A possibilidade de proliferação da doença da *vaca louca* no País é baixa, mas não é “zero”, principalmente porque a grande maioria das criações é extensiva, ou seja, sem a participação de concentrados com ingredientes de origem animal. “Eventualmente, no entanto, alguns rebanhos podem receber reforços contendo proteína de origem animal”, pondera Farfan. Neste caso pode ocorrer a contaminação cruzada, pelo consumo da ração animal – composta por resíduos de abate transformados em farinhas, principalmente de bovinos e suínos. A ração e a propagação vertical seriam as mais prováveis causas de disseminação da EEB. Este fato não elimina, porém, a possibilidade de consumo interno de carne e gado importados de países onde a doença já se manifestava nos últimos dez anos. Especialistas em saúde acreditam que a EEB não chegue a ser um problema de saúde pública.

Em 1989 e 1990 foram importados 179 animais das raças Jersey e Charolês do Reino Unido e a associação de criadores transpareceu que cerca de 100 desses bovinos podem ainda estar vivos. A ilha de Jersey acumula 152 casos de EEB desde 1988. O Brasil importou cerca de 100 mil toneladas de carne européia em 91, das quais 18 mil toneladas vieram da Irlanda. Entre 89 e 91 a Irlanda registrou 46 casos de EEB e um aumento considerável nos anos seguintes, tendo atingido um acumulado de 599 ocorrências no início deste ano.

O Ministério da Agricultura levou dois anos para preencher os formulários sobre a inexistência da doença no país, mesmo depois de ter permitido a importação de mais de 4 mil reses da Europa no auge da epidemia, entre 1989 e 1994. “A doença atinge mais o gado leiteiro, por

Proteína invisível, resistente e fatal

O prion (partícula protéica infecciosa) é a causa da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), ou doença da *vaca louca*. Esta é uma variante de idêntica composição química de proteína que normalmente não causa dano algum. Apesar de inofensivo na forma original, as mutações do prion prometem ainda ceifar muitas vidas humanas e de animais. É a única molécula conhecida que, sem DNA ou RNA, tem capacidade de se auto-replicar. Teoricamente, portanto, não possui vida, dificilmente é destruída pelos meios convencionais de esterilização, e não existe reação imunológica que proteja os indivíduos infectados. Seu tamanho é 100.000 vezes menor que o do vírus, pequeno demais até para microscópios eletrônicos.

O prion em questão seria a variação da mesma proteína PrPc (proteína protéica celular) das células nervosas, que após uma modificação físico-química na sua conformação ou dobradura – uma espécie de “origami molecular sinistro” –, adquire a propriedade de mudar a conformação das demais (PrPcs), e faz com que, ao invés de desempenharem seu papel estrutural normal, venham a se acumular for-

mando placas no tecido nervoso do cérebro e medula. A estrutura do prion detectado nas ovelhas com *scrapie* (PrPsc, de *scrapie*) é misteriosamente modificada após consumida pelos bovinos, tornando-se uma mutação infecciosa fatal também para os humanos. A dose infectiva é de menos de um grama do material contaminado.

Um intrincado caminho inverso foi traçado pelos pesquisadores para detectar a causa da doença da *vaca louca* a partir de 1986, quando uma autópsia revelou que animais afetados tinham cérebro esponjoso, característica da encefalopatia espongiforme. A teoria mais aceita é a de disseminação pelo consumo de ração com farinha animal contendo restos de carcaças de outros animais na formulação, entre eles ovinos. O uso de ração animal para reforçar a alimentação de bovinos data da década de 40, mas se tornou veículo de transmissão da doença somente após a década de 80, quando houve uma modificação no processo de graxaria (retirada da gordura dos resíduos pré-cozidos) na indústria de rações. Por razões econômicas e de segurança dos traba-

lhadores, deixou-se de usar um solvente químico – que supostamente destruiu o prion – no processo industrial, o que teria permitido a proliferação da anomalia para os bovinos. Embora a hipótese do solvente tenha sido derrubada, em 1988 o uso de farinha de carne e osso foi banido das rações. Não existem registros de contaminação horizontal (de indivíduo para indivíduo).

Primeiro caso – Em 1985 foi registrado o primeiro caso da doença em bovinos. De 1986 a 89 o número de casos subiu de apenas 16 para 7.000, atingindo o pico de 37.000 em 92. Desde o início da crise mais de 200 mil animais foram sacrificados. Temia-se uma epidemia descontrolada, que não ocorreu devido às providências sanitárias. A transferência para os humanos teria tido início com o consumo de partes do boi que abrigam o prion, como cérebro e medula espinhal, presentes em hambúrgueres e salsichas processados com carne bovina mecanicamente separada. A confirmação de casos da nova variante da doença em humanos ocorreu em 1996. Desde então foram registradas 90

PECUÁRIA
PECUÁRIA

isso o nome de *vaca louca*, e existe a possibilidade da contaminação vertical (da vaca para o bezerro), com incidência entre 5% e 15% nos rebanhos contaminados”, detalha Pedro Eduardo de Felício, professor da Faculdade de Engenharia de Alimentos (FEA) da Unicamp e um dos palestrantes do simpósio. A transmissão vertical da doença pelo sêmen do touro não foi registrada, assim como a transmissão horizontal (contato indivíduo com indivíduo).

Cadeia alimentar – “O Canadá nunca afirmou que existia *vaca louca* no Brasil. Eles somente alertaram para a necessidade do Brasil se adequar às exigências sanitárias internacionais. Com a importação de animais de países com registro da doença, era necessário comprovar que a carne destes animais não entrou na cadeia alimentar, o que não ocorreu”, explica Felício. Segundo ele, a transmissão da doença teve início na década de 80, quando países europeus modificaram o sistema de produção de ração animal que continha carcaças de ovinos na composição.

“A causa da EEB em gado foi identificada após o consumo desta ração, e a contaminação humana ocorre somente no consumo de elementos do cérebro ou da medula espinhal (que se situa ao longo da coluna vertebral), e também baço e gânglios linfáticos do animal”, destaca Felício, justificando a proibição de consumo de partes (cortes cárneos) com osso na Europa, como o *T-Bone Steak* e dos chamados materiais específicos de risco. As indústrias européias de fabricação de hambúrgueres e salsichas também estariam barateando os custos de produção com o uso de CMS (carne mecanicamente separada dos ossos) bovina nas suas formulações, mesmo sabendo que o produto possui resíduos de tecido nervoso da medula espinhal, o que pode ter provocado a transferência da doença para o ser humano.

Passada a crise diplomática, o Brasil saiu “vitorioso” em dois aspectos: a suspensão do embargo comercial do Canadá (após se adequar às exigências); e recebeu a melhor classificação de qualidade (nota 1 na escala de 1 a 4, onde o menor número é nota máxima) para comercialização de carne na Europa. Esta análise de risco, feita pelo Comitê Científico da União Européia, é específica do comércio com os países da Comunidade Européia, que reduziu drasticamente seus rebanhos. Com isso, as exportações de carne brasileira devem crescer. Na esteira da rejeição generalizada de carne vermelha, crescem também as exportações de carnes de frango e porco.

Órgão específico – Segundo Felício, no Brasil já foram esgotadas as possibilidades de o Ministério da Agricultura cuidar com eficiência da fiscalização da qualidade da produção bovina, nos segmentos de produção e indústria, e do Ministério e secretarias de Saúde, no segmento de varejo e restaurantes. “O governo deveria ter um órgão específico, a exemplo dos existentes em países desenvolvidos, para cuidar do controle e fiscalização, uma empresa estatal com profissionais de carreira científica, além de técnica e administrativa, e programas definidos de defesa

sanitária para o País”, defende o professor da Unicamp. Ele critica a figura do ‘responsável técnico’, criada quando o Governo Federal delegou poder a Estados e Municípios para nomear profissionais sem treinamento específico (contratados pelas empresas) para a fiscalização. “O governo não contrata inspetores desde 1975, e retomou a convocação, a título precário, somente no final ano passado”, acrescenta.

A população da Europa entrou no novo milênio em pânico diante da confirmação laboratorial de 19 novos casos de EEB em humanos na Alemanha, Espanha, França e Itália, entre outros países. Numa atitude inédita na política mundial, o governo alemão, acusado de negligência nas medidas preventivas contra a EEB, demitiu os seus ministros da Agricultura e da Saúde, para aplacar a ira dos consumidores. A paranoia generalizada foi iniciada já em 2000, com 7 casos na Alemanha, 9 na Bélgica, 2 na Espanha, 162 na França, 152 na Irlanda, 136 em Portugal e 33 na Suíça. Até 300 franceses poderão morrer antes que a doença seja totalmente debelada, já que seu período de incubação é de 2 a 20 anos. O consumo de carne caiu abruptamente nesses países.

Foco de scrapie – No Brasil, descobriu-se em ovinos um foco de *scrapie* – referência à expressão inglesa “to scrape against something”, que significa “esfregar-se contra alguma coisa”, um dos sintomas dos animais doentes. Isto exigiu a eliminação de um rebanho de centenas de ovelhas



Felício: esgotadas possibilidades de eficiência do governo na fiscalização e controle sanitário

no sul do Paraná no início deste ano. O fato chamou a atenção da imprensa e apareceram declarações como esta: “O Ministério da Agricultura informa que não há ligação entre as duas doenças”, a *scrapie* e a EEB. “O que é um erro grosseiro, já que a *scrapie* é uma encefalopatia espongiiforme transmissível que, presume-se, tenha dado origem à EEB no Reino Unido, na década de 80”, alerta o professor Felício. Conforme o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a *scrapie* é endêmica nos ovinos e caprinos do mundo todo, com exceção da Austrália e Nova Zelândia. Não foram registrados, no entanto, contaminação pelo consumo da carne destes animais.

Estudos revelam que há uma mutação na doença quando adquirida pelos bovinos, resultando aí a possibilidade de transmissão para humanos. “Foram desvendados alguns mecanismos da doença, embora não se entenda como

Demência identifica doença

Conhecida na Europa com o BSE (sigla de “Bovine Spongiform Encephalitis”), o mal da *vaca louca* tem características semelhantes à doença de Creutzfeldt-Jakob (CJD), muito rara, identificada em humanos no início do século. A incidência desta doença endêmica, de causas desconhecidas, é de um caso por milhão de habitantes ao ano, e suas formas de transmissão são também raras, ocorrendo somente em casos de transplantes de órgãos e transfusões de sangue ou de derivados dele. Outras doenças consideradas da mesma família são o *Kuru*, identificado na Nova Guiné e transmitida pelo primitivo hábito de canibalismo da tribo Fore (as mulheres eram mais afetadas porque comiam o cérebro dos inimigos); a GSS (Gertsman-Straussler-Scheinker Syndrome), associada a um gene autossômico dominante; e a *Fatal Familiar Insomnia*, insônia fatal que ocorre em indivíduos da mesma família.

Recentemente tem sido descrita em humanos uma nova variante da doença de Creutzfeldt-Jakob (NVCJD), possivelmente ligada ao consumo de animais contaminados. Os sintomas apresentados na NVCJD e CJD também são bastante parecidos: “A CJD apresenta-se como uma síndrome demencial, caracterizada por alterações cognitivas do paciente, tais como alteração de memória, perda de orientação de direção, dificuldades de linguagem, alterações comportamentais e ataxia (falhas na coordenação motora e falta de equilíbrio)”, enumera o neurologista Carlos Guerreiro, do Hospital das Clínicas da Unicamp.

As diferenças com outras doenças que apresentam demência, no entanto, surgem com sintomas precoces que se instalam rapidamente, acompanhados de mioclônias, que são abalos musculares parecidos com sustos repetidos, mais comuns na doença clássica (CJD), enquanto a doença variante (possivelmente associada com a doença da *vaca louca*) se revela mais pelas anormalidades psiquiátricas graves no início do quadro. “A clássica, ou esporádica (CJD), atinge geralmente pacientes com média de 60 anos, e no início pode ser confundida com o mal de Alzheimer, comum em pessoas idosas. Já a nova variante (possivelmente associada à BSE) tem sido registrada em pacientes mais jovens, com idade média de 29 anos, na Europa”, acrescenta Guerreiro.

Com a evolução do quadro clínico o óbito ocorre invariavelmente, e demora cerca de 14 meses nos casos da nova variante, e apenas cinco meses nos casos da doença esporádica, CJD. “Infelizmente não existe tratamento, e também um diagnóstico 100% preciso somente é possível com uma mostra do tecido cerebral. O eletroencefalograma é capaz de confirmar o diagnóstico em 94% dos casos de doença clássica, mas na nova variante não apresenta o padrão típico da doença”, detalha. Outros métodos de diagnóstico são a análise do líquido cefalorraquidiano (líquido da espinha) e a ressonância magnética. Se for detectada a proteína 14-3-3 no líquido é confirmada a doença. A ressonância também pode apresentar alterações. “A placa amiloide difusa

está presente em todos os casos da nova variante da doença, já em relação à clássica, aparece em apenas 10% das ocorrências”, especifica Guerreiro.

Ainda um mistério – Para o especialista, as doenças priônicas ainda são um mistério para os cientistas e, as formas de combate às anomalias, um desafio para os pesquisadores. “Sequer temos certeza absoluta da contaminação pelo consumo de carne da *vaca louca*, embora esta possibilidade seja a mais provável”, pondera. As duas formas de encefalopatia demoram para se manifestar, e o tempo médio de incubação varia de 5 a 10 anos. Os primeiros casos em bovinos começaram a aparecer em 1986, e os diagnósticos em humanos foram registrados em adolescentes do Reino Unido, em 1996.

O Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp tem poucos casos confirmados da doença clássica, anteriores à epidemia de BSE em bovinos. Doenças causadas pelo prion em ovelhas e cabras (*scrapie*) são conhecidas há mais de 200 anos. Existem registros também de anomalias semelhantes em gatos e alces.



Guerreiro, do HC: doença não tem tratamento

A versão do Canadá

“Para falar claro: se um cidadão canadense for contaminado pela doença da *vaca louca* e houver prova de negligência, o governo cai em 24 horas”.

A (in)versão da imprensa

“Não é a vaca que está louca: incomodado com o crescimento da Embrapa, o Canadá parte para a retaliação e inventa que a carne brasileira está contaminada. Por trás da manobra está o bilionário mercado internacional de jatos de pequeno porte”. (Veja)

“Em guerra com o Canadá: Não há um só caso comprovado da doença no país. Existe, sim, um duro embate do Brasil com o Canadá pela liderança continental na venda de aviões de médio porte.” (Época)

A voz do Brasil

“Se eles quiserem guerra, terão guerra”, disse o presidente Fernando Henrique Cardoso, em horário nobre da televisão em 07/02, referindo-se às autoridades do governo canadense.

CAPRIOLI
Turismo

Av. Francisco Glicério, 1310 Centro
(convênio c/ estacionamento)

3232.7888
“CONFIE NA TRADIÇÃO E QUALIDADE”

MIAMI
Passagem Aérea
US\$ 599,00
em 10 x s/ juros

CONGRESSOS E EVENTOS	PASSEIOS DE 01 DIA		EXCURSÕES RODOVIÁRIAS	EXCURSÕES AÉREAS
<p>A CAPRIOLI TURISMO tem uma experiência de 12 anos realizando eventos científicos, tecnológicos e acadêmicos.</p> <p>CONHEÇA NOSSOS SERVIÇOS:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Locação de Salas • Cotação de Hotéis • Recepção no Aeroporto • Monitores Especializados • Passagens p/ Acompanhantes • Locação de Ônibus 	<p>WETN WILD</p> <p>PARQUE DA MÔNICA</p> <p>HOPI HARI</p> <p>BARRA BONITA</p> <p>PLAYCENTER</p>	<p>ZOOLOGICO</p> <p>PARQUE DO GUGU</p> <p>CITY TOUR SP</p> <p>BROTAS</p> <p>CIRCUITO DAS ÁGUAS (COMPRÁ DE MALHAS)</p>	<p>CORPUS CHRISTI - 13 a 17 / Junho</p> <p>RIO / PETRÓPOLIS / TERESÓPOLIS Hi Florida (***) - Auto duplo c/ meia pensão R\$ 460,00 à vista ou 6x R\$ 92,00</p> <p>CURITIBA / MORRETES / V. VELHA Hi Alta Reggia (***) - Auto duplo c/ meia pensão R\$ 420,00 à vista ou 5x R\$ 84,00</p> <p>PARATY / ANGRA DOS REIS Pousada Porto Paraty (***) - Auto duplo c/ meia pensão R\$ 440,00 à vista ou 5x R\$ 88,00</p> <p>CAMBÓRIU / BETO CARRERO Hi Anabal. (***) - Auto duplo c/ meia pensão R\$ 372,00 à vista ou 5x R\$ 74,40</p>	<p>SALIDAS DE CAMPINAS (VIRACOPES) - VÔOS NOTURNOS</p> <p>PORTO SEGURO 7 noites 4x R\$ 119,50 Saídas 5.6, 12.13, 19 e 20 maio Hi LARANJEIRA - c/ café R\$ 478,00 à vista ou</p> <p>FORTALEZA 7 noites 4x R\$ 182,00 Saídas 5.6, 12.13, 19 e 20 maio Hi NY ARUI - c/ café R\$ 728,00 à vista ou</p> <p>SERRA GAUCHA 7 noites 4x R\$ 194,50 Saídas 5.6, 12.13, 19 e 20 maio P. Alleville - c/ café R\$ 778,00 à vista ou</p> <p>MACEIO 7 noites 4x R\$ 169,50 Saídas 5.6, 12.13, 19 e 20 maio Hi Marinas Maceio - c/ café R\$ 678,00 à vista ou</p>

PESQUISA
PESQUISA

O circuito da

Estudo sobre violência sexual mostra que o tormento da vítima se perpetua, graças à omissão e intolerância por parte da família, correntes religiosas, instituições e até dos serviços públicos de saúde

CARLOS LEMES PEREIRA

carlao@diariodopovo.com.br

Para muitas mulheres brasileiras, sofrer um crime sexual é apenas o ponto de partida para se tornar uma "violentada serial". Seria como se não bastassem os traumas físicos e psicológicos, impostos nos matagais e mesmo nos cantos escuros da própria casa. Quando saem em busca de justiça, socorro médico ou simples apoio moral, essas vítimas se arriscam a vivenciar o quanto o pesadelo consegue se desdobrar em capítulos perversos. Situações de constrangimento e intolerância podem espreitá-las em quase todos os quadrantes sociais, a começar pelo meio familiar e comunidades religiosas, culminando em instituições como a Polícia e o Judiciário. E, por mais insano que pareça, sendo geradas até nos serviços públicos de saúde.

O mapeamento desse circuito da brutalidade talvez não fosse o objetivo principal de Jefferson Drezett Ferreira, quando ele começou a elaborar a tese *Estudo de fatores relacionados com a violência sexual contra crianças, adolescentes e mulheres adultas*. Afinal, o período de julho de 1994 e agosto de 1999, esse ginecologista, formado pela Unicamp, passou debruçado sobre números que o credenciaram ao título de doutor em medicina, pela pós-graduação do Centro de Referência da Saúde da Mulher e de Nutrição, Alimentação e Desenvolvimento Infantil (São Paulo). Mas, em abril do ano passado, quando finalmente concretizou o sonho acadêmico, ele já sabia que o cenário entrevisto pelas brechas das estatísticas era dramático demais para não merecer uma reflexão mais rigorosa.

Naturalmente, o que alicerça a tese – elaborada a partir de estudos retrospectivos de 1.189 pacientes matriculadas no CRSMNADI, que sofreram estupro e outros abusos – são os dados que configuram os perfis das vítimas e dos agressores; as modalidades dos crimes e seu circunstanciamento; a tipificação dos traumas etc. Impressiona, por exemplo, a constatação de que, para garotas até dez anos de idade, o perigo mora em casa: o agressor, na maioria dos casos (21,7% das 71 meninas incluídas no estudo), é o pai biológico.

Impacto cruel – A incidência maior dos crimes sexuais recai sobre adolescentes (31,6% na faixa etária de 15 a 19 anos) e adultas jovens (22,4% na faixa de 20 a 24 anos). "Na verdade, em nenhuma idade a mulher é poupada da violência sexual. Sabemos de casos envolvendo desde recém-nascidas a vítimas quase centenárias", observa Drezett Ferreira. "No entanto, a predominância das ocorrências nos grupos apontados pela pesquisa traduz um aspecto muito grave: são idades nas quais as

Jefferson Drezett Ferreira, coordenador do Serviço de Atenção Integral à Mulher Sexualmente Vitimada: um dos estudos mais abrangentes sobre violência sexual no País

mulheres estão passando ou acabaram de passar por transformações biopsicossociais muito importantes. Várias estão experimentando o amor, iniciando a vida sexual, com planos e expectativas. E aí, o impacto da violência costuma ser extremamente cruel", acrescenta.

Os números organizados pelo pesquisador representam um dos mais abrangentes estudos sobre o assunto no Brasil. Tanto que, apesar de sua agenda lotada como diretor da Divisão de Ginecologia Especial e coordenador do Serviço de Atenção Integral à Mulher Sexualmente Vitimada do CRSMNADI e coordenador do Serviço de Vigilância Sexual do Hospital Pérola Bynton (da rede pública, na Capital), ele vive tendo que se virar para atender a pedidos de seminários e palestras para profissionais de saúde e organizações de defesa dos direitos da mulher, em diversas localidades. Foi o que aconteceu recentemente, no auditório do Centro de Atenção Integral à Saúde da Mulher (Caism) da Unicamp.

Pernas bem fechadas – É nessas oportunidades que o médico aproveita para conectar o conteúdo estatístico de sua pesquisa à cruzada contra o que chama de "abismo entre aquilo que a gente entende, no nosso íntimo, por violência sexual, e o que fazemos quando temos uma vítima à nossa frente". Para isso, Ferreira vale-se de exemplos, extraídos da experiência relatada pelas vítimas e de seus próprios contatos com órgãos públicos envolvidos com casos de agressões sexuais.

Os distritos policiais dão um ótimo início de argumentação. "Quem nunca ouviu o jargão 'ninguém consegue abrir as pernas bem fechadas de uma mulher'?", indaga o ginecologista. "Por aí, vemos que a criação das delegacias especializadas na defesa dos direitos das mulheres, formadas exclusivamente por equipes femininas, a partir de 1985, não foi um ato destituído de propriedade. Elas vieram cumprir relatórios de direitos humanos, principalmente dos EUA, a respeito do pensamento policial vigente. Estava claro que não era daquela maneira que as mulheres vitimadas queriam ser vistas nos organismos policiais".

"E também é por onde se explica porque a maioria não formaliza as queixas", observa. Segundo o pesquisador, embora as delegacias constituam o principal órgão responsável pelo encaminhamento para atendimento (41,9% dos casos estudados), os crimes sexuais ainda estão entre os de menor notificação. Ele estima que de 80% a 95% das ocorrências não chegam ao conhecimento das autoridades competentes.

Falsa virgindade – Para a extensão da crítica ao Poder Judiciário, basta que Ferreira leia um trecho de uma sentença de processo de estupro: "(...) será justo o réu, trabalhador (...), sofrer uma pena enorme [em um caso] de fato sem qualquer consequência (sic), oriundo de uma falsa virgindade (sic)? (...) Afinal, amorosa com outros rapazes, ela vai conti-



Tipo de crime sexual por faixa etária

	Crianças		Adolescentes		Adultas		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Estupro	12	16,9	323	59,2	355	62,1	690	58
Estupro+AVPA	5	7,0	83	15,2	69	12,1	157	13,2
Estupro+AVPO	3	4,2	51	9,3	50	8,7	104	8,7
Estupro+AVPA+AVPO	1	1,4	39	7,1	58	10,1	98	8,2
AVPA	13	18,3	24	4,4	27	4,7	64	5,4
AVPO	4	5,6	7	1,3	9	1,6	20	1,7
Outro tipo de AVP	33	46,5	19	3,5	4	0,7	56	4,7
TOTAL	71	100	546	100	572	100	1.189	100

AVP: atentado violento ao pudor - AVPA: atentado violento ao pudor com objeto anal - AVPO: atentado violento ao pudor com objeto oral

Tipificação do agressor identificado

	Crianças		Adolescentes		Adultas		TOTAL	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Pai biológico	13	21,7	21	13,9	6	8,9	40	14,2
Padrasto	10	16,7	16	10,6	0	0	26	9,3
Pai adotivo	1	1,6	0	0	0	0	1	0,3
Tio	7	11,6	14	9,4	1	1,4	22	7,8
Avô	6	10,0	0	0	1	1,4	7	2,5
Irmão	0	0	7	4,6	0	0	7	2,5
Primo	0	0	5	3,4	1	1,4	6	2,2
Vizinho	10	16,7	42	27,8	19	27,9	71	25,3
Ex-parceiro	-	-	9	5,9	10	14,8	19	6,8
Parceiro atual	-	-	4	2,6	7	10,4	11	3,9
Conhecido do trabalho	-	-	8	5,3	5	7,3	13	4,6
Outro conhecido	13	21,7	25	16,5	18	26,5	56	19,9
TOTAL	60	100	151	100	68	100	279	100

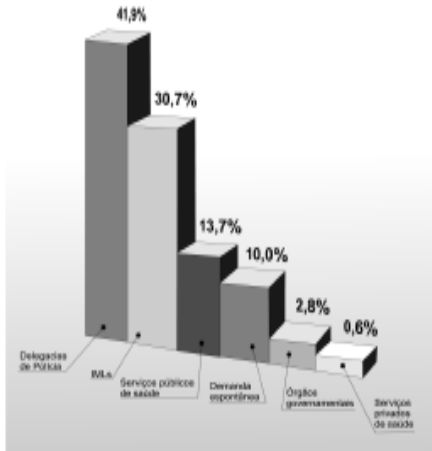
(-) não aplicável

PESQUISA
PESQUISA

Faixas etárias das pacientes estudadas

31,6%	15 a 19 anos
22,4%	20 a 24 anos
14,3%	10 a 14 anos
11,3%	25 a 29 anos
7,4%	30 a 34 anos
6,0%	0 a 9 anos
3,0%	35 a 39 anos
2,3%	40 a 44 anos
0,9%	45 a 49 anos
0,3%	50 a 54 anos
0,3%	60 a 64 anos
0,2%	55 a 59 anos

Órgão responsável pelo encaminhamento para atendimento



Fonte: Centro de Referência de Saúde da Mulher e de Infância, Abordagem e Desenvolvimento Infantil

Forma de constrangimento

	Crianças		Adolescentes		Adultas		Total	
	nº	%	nº	%	nº	%	nº	%
Grave ameaça	16	22,5	345	63,2*	388	67,8*	749	63,0
Força física + grave ameaça	5	7,0	97	17,8	92	16,1	194	16,3
Força física	5	7,0	67	12,3	82	14,3	154	13,0
Violência presumida	45	63,34	37	6,8	10	1,7	92	7,7
Total	71	100	546	100	572	100	1.189	100

* considerados só os casos de violência presumida não associados a outras formas de constrangimento

nuar a sê-lo (...). Eticamente, o médico omite a identidade do juiz e dos demais envolvidos. Mas revela dois pontos estarrecedores. O processo é recente e transcorreu não num tribunal perdido em algum feudo dos bolsões mais atrasados do Brasil: trata-se do Rio de Janeiro, capital. "Para agravar, eu não consigo entender a relevância da hipótese da 'falsa virgindade' para um crime de estupro", indigna-se.

Quando se refere aos serviços públicos de saúde, o ginecologista fala ainda com mais desenvoltura: "Neles, essas mulheres são reduzidas, logo de cara, a 'nervosas e inflamadas'. Digo isso porque as unidades de emergência vão ministrando imediatamente um calmante e um antiinflamatório. O calmante, eu até entendo, dada a dificuldade, a atonia para qualquer mulher lidar emocionalmente com o trauma recente. Mas o antiinflamatório, estou tentando entender até agora; sem um exame clínico prévio, como podemos saber qual ponto do organismo foi 'inflamado' pelo estupro?"

depoimento da mãe de uma adolescente estuprada pelo avô materno, no qual o ato é justificado pelo entendimento de que, "tendo o velho trabalhado a vida inteira para sustentar a família e, por isso, exaurido suas forças, seria justo que buscasse satisfação sexual dentro dessa própria família".

Por fim, ele lamenta ter detectado esse tipo de proteção tácita ao agressor até nas instituições religiosas: "A própria Igreja Católica, que tem uma posição de repúdio a essa violência – e não poderia mesmo ter outra – já produziu publicamente pareceres tais como 'o crime sexual geralmente é compartilhado'. Afinal, várias mulheres mantêm a altura das saias acima daquela que a Igreja admite, para que elas não sejam 'provocadoras' do estupro".

O autor da pesquisa tem o cuidado de ressaltar: "Não estou afirmando que todos os juizes, policiais ou médicos agem assim". Mas bate firme: "Talvez, só quando conseguirmos superar esses anacronismos, pautados

"Em contrapartida, é raro oferecermos emergencialmente a essas vítimas uma prevenção à DST/Aids", continua. "Precisamos encarar os motivos que nos tolhe a iniciativa de examiná-las de imediato. Mais de um profissional prefere chamar um colega, tentando convencê-lo de que 'é a sua vez de atender'. Ou, então, diz diretamente à paciente: 'Não posso pôr a mão na senhora; o IML não permite; posso ser processado'. E outras desculpas esfarrapadas. Tratando-a como 'a mulher proibida', o serviço que deveria acolher essa vítima, o faz muito precariamente".

Cumplicidade familiar – O estudo revela também o quanto é freqüente a omissão e até o comprometimento deliberado de familiares em casos de abusos sexuais. Ferreira cita o

sobretudo nas questões de gênero, teremos os direitos das mulheres realmente como universais e indivisíveis". Esperança que ele expressa já nas primeiras páginas da tese, recorrendo a Albert Einstein para epigrafá-la: "O mundo é perigoso não por causa daqueles que fazem o mal, mas por causa daqueles que vêem e deixam o mal ser feito."

Estupro lidera o ranking da barbárie

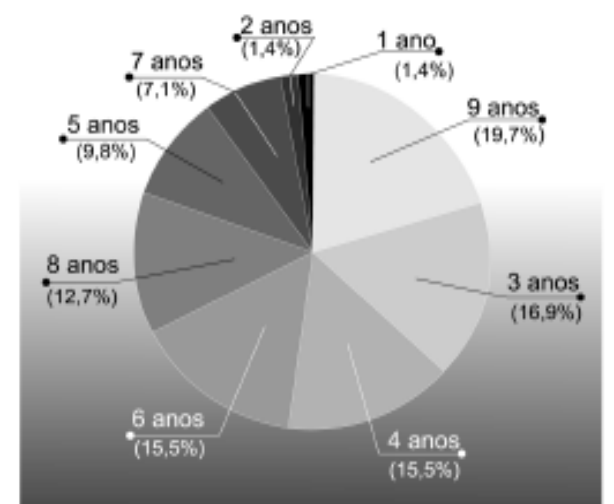
O estudo mostra que o tipo de crime sexual predominante é o estupro. Isoladamente ou associado a outras formas de atentado violento ao pudor, vitimou 59,2% das adolescentes e 62,1% das mulheres adultas pesquisadas.

A incidência em crianças também é alta (16,9%). Só que, aí, é sobrepujado pelo atentado violento ao pudor com coito anal (18,3%). Um resultado, porém, que deve ser relativizado, por causa das limitações legais,

resultantes de um código penal defasado em mais de 60 anos.

"A legislação brasileira só considera estupro a penetração, mediante uso de força física ou grave ameaça, do pênis do agressor na vagina da vítima", observa Drezett Ferreira. "O que está longe de significar que a violação anal seja menos grave. Mas, infelizmente, temos que respeitar tais conceitos, na interface que fazemos com a Justiça" (veja nos gráficos os principais dados estatísticos da tese)

Distribuição das idades das 71 crianças incluídas no estudo



'O tempo não importa, parece que foi ontem'

A empregada doméstica I.R.C., 23 anos, moradora em Campinas, foi estuprada há um ano e três meses. "Pouco importa o tempo; pra mim, parece que foi ontem", conta. "Apesar do meu marido ter sido dos mais compreensivos, eu ainda não consigo transar direito com ele. Cada vez que a gente tenta, dói muito. Acho que nunca mais vou experimentar um orgasmo de novo".

Pelos estudos de Drezett Ferreira, a vítima estaria atravessando a fase crônica da chamada Síndrome da Desordem Pós-Traumática. "Atualmente, de acordo com a American Psychiatric Association Committee on Nomenclature and Statistics (1994), a violência sexual associa-se com a SDPT, entidade nosológica

desenvolvida após qualquer evento traumático ou extraordinário, dentro da experiência humana (...)", ressalta a tese.

Segundo ele, nesta fase, que pode durar de meses a anos, "desenvolve-se um processo de reorganização psíquica (...). A vítima passa a rememorar intensamente a violência, construindo pensamentos estupro-relacionados (...). Podem se estabelecer diversos transtornos da sexualidade, incluindo o vaginismo, dispareunia [cópula dolorosa para a mulher], diminuição da lubrificação vaginal e perda da capacidade orgásmica". Também é provado que a prevalência de idéias suicidas persistentes e de tentativas de suicídio é elevada nos casos de SDPT.

HOTEL PRÓXIMO UNICAMP
Fácil acesso - Prédio com 36 apartamentos.
Boa Moradia para: Professores / Alunos / Funcionários
Vendo - Bom Preço
Direto com Proprietário - F: 3234-8739
VALE A PENA CONFERIR !!

Fone/Fax: **3276-7000**

CAIAZOTTO
TUDO PARA A SEGURANÇA DO SEU VEÍCULO
PNEUS - FREIOS - MOLAS
AMORTECEDORES - ESCAPAMENTOS

**ALINHAMENTO - BALANCEAMENTO
CAMBAGEM**

ESCAPAMENTOS GALVANIZADOS a marca de quem busca qualidade

IGÉ 1 ano de garantia

AMORTECEDORES até 2 de GARANTIA

PNEUS Firestone
GOODYEAR • PIRELLI
TEMOS PNEUS PARA PICK-UPS E VANS.

VOCÊ SABIA QUE O ÓLEO DO FREIO DEVE SER TROCADO A CADA 10.000 KM?
FAÇA UM CHECK-UP GRÁTIS

Av. Eng. Antonio F.P. Souza, 1333 - saída p/ Valinhos - Campinas - SP

ECONOMIA
ECONOMIA

Economista faz projeções sombrias

Para o professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da Unicamp, os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento têm uma tripla definição: são um ardil, uma ilusão, uma crueldade. O professor encerrou o seminário *Regiões e Cidades, Cidades na Região*, com um pronunciamento carregado de indignação e de projeções sombrias para as cidades brasileiras, diante das políticas de desenvolvimento regional e de metropolização.

“Os Eixos, na verdade, se constituem em mais um ardil, uma crueldade, mais um ilusionismo de política de desenvolvimento regional. São incursões quase que retilíneas para resolver problemas de dinamização de exportações. Para quê? Melhorar o emprego? Distribuição de renda? Não. Para resolver problemas que eles mesmos criaram com a política neoliberal de comércio exterior”, disse.

Cano argumenta que, se a questão da pobreza e da miséria for usada como plano geral de investigação e de reflexão para a idealização de políticas públicas, não será preciso nenhuma delimitação metodológica do espaço. “Simplesmente porque a pobreza e a miséria são fenômenos extensamente nacionais, estão disseminados em todo o território nacional. A favela já deixou de ser, há quase 50 anos, aquele conjunto de barracões de zinco que inspiravam compositores e poetas. Hoje é um fenômeno geral. São Paulo, o estado mais rico da federação, mostra cabalmente que o problema não é resolvido na “ótica do espaço”.

“É claro que precisamos pensar em política de desenvolvimento regional, inclusive para o tratamento de uma eqüanimidade nacional, isto é, de uma eqüidade maior entre as frações da população e do poder disseminados pelo território, mas não desta forma como está



Cano: “Eixos são um ardil, uma crueldade”



Fora dos eixos

Especialistas criticam os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento

JOÃO MAURÍCIO DA ROSA

Os “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento”, propostos pelo governo FHC nos programas “Brasil em Ação” e “Avança Brasil”, longe de integrar o país econômica e socialmente, ameaçam reconcentrar as atividades econômicas com maior valor agregado na região Sudeste. Além disso, não contemplam a problemática das cidades e relegam os problemas sociais às soluções “via mercado”. Estas foram algumas das conclusões do Seminário Nacional *Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões*, realizado no Instituto de Economia da Unicamp nos dias 5 e 6 de abril, reunindo cerca de 100 participantes filiados à Anpur (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), entidade que promoveu o evento.

Apesar de o seminário propor uma discussão mais abrangente sobre a situação regional e urbana do Brasil atual, tomou-se o programa governamental dos Eixos Nacionais como ponto de partida para os debates entre um grupo composto por economistas, sociólogos, geógrafos, antropólogos e outros campos de conhecimento afins. Idealizados em 1996 para serem uma espécie de marco do governo FHC, os Eixos têm planos para executar 385 obras, com investimentos de R\$ 317 bilhões até 2007 (veja matéria na página 13).

“Mas seus objetivos enunciados, de integração nacional e redução das disparidades regionais, não serão alcançados, pois a ênfase do programa é em obstruir os gargalos (*missing links*) de infraestrutura para escoar a produção, basicamente de *commodities* agrícolas e minerais. Neste sentido o programa pode aprofundar as desigualdades entre as regiões ao apenas sancionar os fluxos econômicos das áreas eleitas pelo processo de globalização”, alerta o professor Carlos Antônio Brandão, pesquisador do Núcleo de Economia Social,

Urbana e Regional (Nesur) da Unicamp e coordenador da comissão organizadora do seminário em Campinas.

“O encontro concluiu que os Eixos estão subordinados passivamente aos desígnios da globalização financeira e descartam os instrumentos de planejamento regional e urbano”, informa Brandão. A partir deste verdadeiro consenso entre os participantes buscou-se discutir alternativas de políticas que possam promover a integração econômica, territorial e social do país. Esta reflexão coletiva será publicada pela Anpur em breve. O evento foi a sessão conclusiva de uma série de seis realizadas desde julho do ano passado nas regiões Sul, Centro-Oeste, Norte/Nordeste, São Paulo e Sudeste.

Cada uma das sessões dedicou particular atenção ao Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento afeto à região onde se realizavam. Os Eixos Oeste e Araguaia-Tocantins foram analisados na sessão de Brasília (Centro-Oeste); o Eixo Sul em Florianópolis; o Sudeste nas sessões de Belo Horizonte e Campinas; o Sudoeste em São Paulo; o Transnordestino e o do São Francisco e ainda o Arco Norte e o Madeira-Amazonas, na sessão de Salvador.

“Com as sessões regionais conseguimos criar um verdadeiro mosaico do país para contribuir com os projetos de desenvolvimento do governo federal”, informa Maria Flora Gonçalves, presidente da Anpur e professora do Instituto de Economia da Unicamp. “Tivemos uma visão do país inteiro. Visualizamos uma região após a outra, seus problemas e sua dinâmica. A dimensão das questões na ótica de um variado campo de conhecimentos”, explica Maria Flora.

Natureza ambígua – Mas, apesar do alcance da entidade e da abrangência de seus estudos, a Anpur, assim como o restante da sociedade alvos destes Eixos, não foi contemplada com uma discussão sobre os impactos do programa governamental.

“O seminário questionou a forma pouco democrática de elaboração do programa, que não permitiu uma discussão ampla com as representações estaduais-regionais, resultando em problemas de organicidade na sua gerência e agora em sua execução”, diz Brandão.

“O programa dos Eixos é de natureza ambígua e abrangente. Considerou-se que, ao

tempo em que se propõe a formulação de um novo planejamento regional, a concepção de eixos é totalmente estruturada apenas na logística, voltada apenas à criação de corredores de escoamento dos produtos de exportação”, afirma o professor. “Esta lógica gera uma superconcentração de investimentos pontuais visando criar uma expectativa de atração de segmentos do capital privado e acaba significando um rompimento com a lógica anterior da articulação entre os investimentos públicos e privados”, analisa Brandão. “A consequência desta mudança será a competição desregrada entre áreas, cidades e regiões, mobilizadas em torno de um esforço de atração de investimentos a qualquer custo”.

Conteúdo neoliberal – O desprezo do programa com o meio urbano é explicado pela sua natureza, privilegiadora da logística, ou seja, da acessibilidade e escoamento. Por esta razão, os palestrantes diagnosticaram um conteúdo neoliberal no projeto, uma vez que aposta simplesmente na estabilização econômica e nos mecanismos de mercado como solução dos problemas sociais regionais e urbanos.

Este detalhe levou os participantes a questionarem a adoção do caminho neoliberal, que tem o comércio externo como via única e que molda a visão de desenvolvimento do programa. Brandão lembra que outras vias são possíveis e afirma que o modelo que a comunidade européia vem seguindo hoje, tendo por base as preocupações com a coesão e o fortalecimento do pacto federativo, apresenta importantes lições para uma política alternativa em países continentais e desiguais como o Brasil.

Os pesquisadores também notaram que o caráter concentrador e orientado pelas “forças de mercado” do programa tende a reforçar as “áreas que dão certo” e que sua característica de modelo centrado vai reconcentrar o dinamismo da economia na região mais rica do país, o Sudeste, também chamado pelo documento oficial de “rótula”.

Em sua conclusão, o seminário destacou a falta de um projeto nacional de desenvolvimento no Brasil que seja capaz de promover efetivamente as integrações territorial, econômica e social. Apontou a necessidade de análise das principais falhas do programa, como ausência de discussões das questões urbanas, seu caráter concentrador e apenas logístico, o reforço das áreas que já “dão certo”, relega os problemas

ECONOMIA
ECONOMIA

Programa prevê 385 obras, a R\$ 317 bilhões

Se a propaganda oficial vier a ser confirmada, a execução dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento resultará em 385 projetos, com investimentos previstos de R\$ 317 bilhões, rateados entre Governo e iniciativa privada. De acordo com o site deste programa federal (www.eixos.gov.br), este empreendimento está distribuído nos setores de infra-estrutura, que inclui transporte, energia e telecomunicações, com 59% do total; desenvolvimento social (saúde, escolas, saneamento e habitação), com 35%; meio ambiente, com 4%; e informação e conhecimento, 1%.

Nas previsões otimistas do Ministério de Planejamento e do BNDES, que comandam o empreendimento, seu impacto sobre o PIB nacional, entre 1997 e 2007, poderá atingir o índice de 0,45% sobre a taxa anual de crescimento. No eixo Araguaia-Tocantins, poderá chegar a 1,05%. Contra-riando a opinião dos pesquisadores da Anpur (Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional), o governo estima uma taxa de crescimento maior nas regiões mais carentes "comprovando o poder desconcentrador dos projetos propostos".

O conceito de Eixos Nacionais de Desenvolvimento surgiu pela primeira vez no Plano Plurianual 1996-1999, como uma tentativa de traçar uma estratégia de desenvolvimento para o Brasil que permitisse a redução dos desequilíbrios regionais e sociais. A idéia básica era tratar esses desequilíbrios sob uma nova ótica, levando em conta a geografia econômica do País e os fluxos de bens e serviços, sem considerar, para efeito do planejamento, os limites dos Estados e das regiões.

De acordo com as informações do site, o Programa Brasil em Ação, lançado em agosto de 1996 com o objetivo de gerenciar, "de forma inovadora", a implantação de um conjunto de empreendimentos prioritários para o desenvolvimento nacional, incorporou ao conceito de Eixo a di-

mensão desenvolvimento social, começando a introduzir, de forma ainda experimental, uma visão integrada e sinérgica das ações sociais do governo nos espaços regionais. "Projetos espacialmente distribuídos por todo o território brasileiro reforçaram a integração das regiões e do País como um todo".

No processo de formulação do Programa Brasil em Ação, evidenciou-se a necessidade de um estudo mais profundo sobre os Eixos Nacionais de Desenvolvimento para orientar o planejamento estratégico do governo federal. Era preciso levantar de forma detalhada as realidades regionais e identificar as potencialidades e os obstáculos ao crescimento do País.

Dois produtos – O objetivo do estudo, contratado pelo Ministério do Planejamento em parceria com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), era traçar uma radiografia dos grandes problemas nacionais e das oportunidades que o País oferece. Tudo isso para viabilizar o desenvolvimento econômico e social, a integração nacional e internacional, o aumento da competitividade sistêmica da economia e a redução das disparidades regionais e sociais no Brasil.

O estudo deveria resultar em dois produtos, definidos no edital de licitação: um portfólio de investimentos públicos e privados para o período 2000-2007, principal subsídio para a elaboração do Plano Plurianual 2000-2003, e um banco de dados geo-referenciados do desenvolvimento sócio-econômico brasileiro.

Na elaboração do portfólio, o consórcio vencedor deveria levar em conta as demandas e oportunidades relacionadas a todas as dimensões do desenvolvimento sustentável. Ou seja, o desenvolvimento social, a infra-estrutura econômica, o meio ambiente e a informação e conhecimento.



Foto: Neldo Cantanti

Carlos Brandão, do Nesur da Unicamp: "Programa do governo pode aprofundar as desigualdades entre as regiões"



Foto: Neldo Cantanti

Flávio Villaça, da USP: "Criação de regiões metropolitanas por decreto-lei é um desserviço à geografia"

'Metropolização visa controle político'

A lei que cria a Região Metropolitana de Campinas (RMC) deixa lacunas que propiciam ao governador do Estado assumir o comando político da área que a compõe. A observação é do professor Wilson Cano, do Instituto de Economia da Unicamp. Segundo ele, a lei instituiu um colegiado composto pelos prefeitos e representantes do governo estadual, que tem 50% dos votos.

"Basta, portanto, que o governo estadual sobre um apito para um pequeno município do partido dele e ele já terá, portanto, 50% mais 1/19 avos, o que é demonstração cabal de uma falsa democracia", disse o economista referindo-se à RMC, que é composta por 19 municípios.

A criação de regiões metropolitanas também foi alvo de debates no Seminário Nacional Regiões e Cidades, Cidades nas Regiões, assim como a própria definição de região tal como é entendida hoje.

Cano lembra que a lei que criou a RMC prevê a formação de um fundo financeiro para a região, mas não diz como. "E também omite qual a participação dos municípios no rateio, exigindo um documento de adesão oficial que vai ser evidentemente mais um ardil para se estender um controle político a uma determinada região, pouco importando de que coloração política sejam os prefeitos que governam estas frações territoriais", afirmou.

Desserviço – O urbanista Flávio Villaça, professor da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP, reforçando os argumentos de Wilson Cano, chegou a arrancar risos da platéia. "Um dos grandes desserviços do estado brasi-

leiro à geografia e a toda a análise da economia brasileira foi a criação de regiões metropolitanas por decreto-lei. Criar processo econômico-social por lei é o mesmo que achar que a Lei de Gravidade pode ser revogada".

Villaça informa que a Constituição de 1988 passou aos estados a atribuição de criar áreas metropolitanas, causando "um caos total". "Assim, eu não posso estudar uma área metropolitana que cada estado definiu a seu critério, à sua maneira. Temos que deixar tudo de lado e usar as divisões do IBGE, que são feitas nacionalmente seguindo mesmos critérios".

O professor lembra que nos Estados Unidos as regiões metropolitanas não são definidas com limite fixo. Elas têm um conjunto de critérios que são aplicados cada vez que há um censo, de onde decorre a área metropolitana. "Um conjunto de critérios que medem a vinculação sócio-econômica de uma cidade central com as cidades vizinhas. Vinculações estas medidas em empregos de pessoas que trabalham aqui, moram ali. Fluxo de transporte, ligações telefônicas etc. Conclusão: a região metropolitana muda ao longo do tempo, pois aplicando o mesmo critério eu posso medir as expansões, o crescimento, porque o enquadramento demográfico-econômico é o mesmo. Senão, a gente fica medindo o fenômeno com uma unidade numa década e com outra unidade na década seguinte".

Um exemplo dos equívocos da metropolização à brasileira, segundo Villaça, é a região metropolitana de São Paulo, que tem hoje exatamente o mesmo limite de há quase 40 anos. "Foi delimitada no final dos anos 60, com dados do censo da época. Nestes quase 40 anos, o núcleo urbano desta região metropolitana triplicou em economia e população e a área continua a mesma", disse.

De acordo com Villaça, se os mesmos critérios daquela época para a criação da região metropolitana de São Paulo fossem utilizados hoje, ela englobaria Santos e Campinas. "Como confiar na estatística da evolução da economia ou da demografia desta área se ela permaneceu constante em 40 anos, quando houve profundas transformações e não foram capazes de alterar seus limites?".

Estes erros inviabilizam estudos urbanísticos sérios, segundo Villaça. "Não é possível fazer séries históricas, estudar desconcentração, desindustrialização, esvaziamento ou não esvaziamento, terceirização e todos esses temas metropolitanos com um enquadramento territorial que não mudou no tempo, embora a economia tenha triplicado".

Anpur reúne estudos urbanos

Presidida pela professora Maria Flora Gonçalves, do Instituto de Economia da Unicamp, a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional (Anpur) é uma entidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que congrega programas universitários de pós-graduação e entidades brasileiras que desenvolvem ensino e/ou pesquisa no campo dos estudos urbanos e regionais e do planejamento urbano e regional.

Pluridisciplinar e aberta, a Anpur tem como finalidades principais o incentivo ao estudo, ao ensino e à pesquisa nesse campo do conhecimento; a divulgação de informações e a troca de experiências referentes a essas áreas de atuação. "Também promovemos a promoção de reuniões científicas objetivando o intercâmbio de informações entre os integrantes das instituições associadas e com outras associações congêneres, nacionais e estrangeiras", explica Flora.

Bianualmente a entidade realiza encontros nacionais, cujos resultados são publicados em anais. Em 1997 a Anpur instituiu o prêmio brasileiro "Política e Planejamento Urbano e Regional", cuja segunda edição acontece em maio próximo. "É uma premiação bienal, que contempla a produção nesse amplo campo de atividades, nas categorias: livro, tese de doutorado, dissertação de mestrado e artigo".

Em 1999 a Anpur lançou a Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, com periodicidade semestral, que caminha agora para o quarto número. No campo das relações interinstitucionais, a instituição é associada à Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e mantém relações com outras sociedades científicas nacionais e com instituições congêneres de outros países e regiões.

A Associação não tem uma base fixa, mas ganha o endereço das instituições que sediam a Presidência e a Secretaria Executiva. Na gestão 1999-2001 elas estão sediadas no Estado de São Paulo.

Informações: www.anpur.org.br



Maria Flora, da Anpur: encontros bianuais

aldeiadomeco@uol.com.br

Todas as **Quintas-Feiras** Show ao Vivo com a Banda Solado Passa

Todas as **Sextas Sexta Maluca** aos **Domingos** Pagode com o Grupo Sem Tempo

ALDEIA DO MECO RESTAURANTE DANCE

Tel: (0xx19) 3258-4399

MAIOR AGITO DE CAMPINAS E REGIÃO.

AV. ANTONIO C. C. BARROS, 1.310 - SOUSAS - CAMPINAS

Um grito de alerta

O brasileiro precisa cuidar melhor da voz, atentando para rouquidão e dores; País é um dos líderes em mortes por câncer de laringe

FRANCISCO BELDA

frbelda@hotmail.com

Ter preocupação com a saúde vocal não é um hábito do brasileiro. Mas basta o uso constante da voz, aliado a fatores como o tabagismo e o consumo de bebidas alcoólicas, para que se crie uma situação de alto risco, talvez irreversível. O problema geralmente começa com uma rouquidão, algumas dores, e acaba indo muito além. O Brasil já ocupa o segundo lugar no *ranking* mundial de mortes causadas por câncer de laringe, atrás apenas da Índia. São 15 mil casos diagnosticados por ano, mais da metade deles fatais. E, mesmo feita a ressalva de que muitos países ainda carecem de dados para comparação, minimizar a dimensão das moléstias vocais no País é como remar contra a maré.

Pensando nisso, profissionais de saúde que lidam com o tema em todo o país deram, entre os dias 16 e 21 de abril, um grito de alerta. Foi a terceira edição da Semana Nacional da Voz, uma iniciativa da Sociedade Brasileira de Laringologia e Voz. Só em Campinas, a campanha envolveu 200 pessoas, entre médicos otorrinolaringologistas, fonoaudiólogos, enfermeiras e assistentes, todos voluntários. A palavra de ordem foi prevenção. Em seis dias, mais de três mil pessoas receberam orientação e exames gratuitos em 15 postos de atendimento montados em pontos estratégicos da cidade. Resultado que, de tão positivo, já transportou a idéia para países como a Argentina e a Espanha.

“Este trabalho busca condições de inferir números reais em termos de frequência, incidência e mortalidade em decorrência de patologias vocais”, aponta o professor de Laringologia da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Unicamp, Reinaldo Gusmão. Coordenador local da campanha, ele acredita que a incidência de câncer de laringe entre brasileiros seja ainda maior que a apontada pelas estatísticas oficiais. “A gente sabe que no Brasil esses estudos são incompletos”, ressalta.

O esforço para reverter tal quadro passa necessariamente pela orientação da população e a reciclagem dos profissionais da rede primária de saúde. “O diagnóstico precoce é feito através de um exame médico simples e, freqüentemente, o primeiro sintoma é a alteração vocal, que pode ser percebida pelo fonoaudiólogo”, afirma Aline Wolf, fonoaudióloga e também coordenadora da campanha. Segundo ela, quando o problema é prontamente detectado, o sucesso no tratamento é praticamente certo, sem necessidade de se recorrer à extração da laringe. “O recomendado é que se procure um médico ou um fonoaudiólogo sempre que houver rouquidão por mais de 15 dias.”

Incidência – Reinaldo Gusmão identifica três fatores que, em ordem de importância, contribuem decisivamente para a incidência de tumores na região de laringe. O principal é o tabagismo, presente em cerca de 90% desses diagnósticos, conforme estimativa. “O álcool e o cigarro geralmente vêm acompanhados de uma certa indisciplina alimentar, um certo descuido geral”,

ressalta. Mas ele confirma que apenas o hábito do fumo já funciona como um bombardeio direto sobre a região que envolve as pregas vocais. “Além dos gases do cigarro, há o problema da alta temperatura e dos produtos químicos que são tragados pelo organismo.”

Outro fator que dificulta o combate ao câncer de laringe, segundo o médico, é a dificuldade de acesso da população aos especialistas, o que faz com que o diagnóstico seja muitas vezes tardio e o tratamento, então, pouco eficaz. “Para um povo que tem fome, que ainda morre de desnutrição, falar em precaução com a saúde da voz é bastante complicado”, ressalta, apontando ainda para a precariedade estrutural da rede pública de saúde, tornando mais difícil a assistência médica primária.

E neste mesmo sentido influiria, de forma geral, o despreparo de agentes de saúde do país. “Muitas vezes não se identifica a rouquidão como um dos

da Silva, que integra, com outros dois professores da Unicamp, um programa voltado à prevenção e controle de disfonias ocupacionais.

Ele explica que são classificados quatro níveis de profissionais da voz. No primeiro, que envolve cantores e atores, por exemplo, a voz é tida como o próprio instrumento de trabalho. A seguir estariam professores e operadores de telemarketing, entre outros profissionais cuja voz, embora essencial, é um meio de atuação. O terceiro nível é composto por advogados, médicos, jornalistas, também dependentes da voz. E, por último, aqueles trabalhadores que não têm a voz como algo importante do ponto de vista profissional. “A maioria dos problemas que detectamos está dentro do segundo nível, com professores principalmente”, diz Silva. “Cantores e atores são sempre preocupadíssimos com a voz, tomam cuidado, enquanto outras categorias às vezes não sabem de técnicas para o uso adequado desse instrumento.”



Gusmão e Aline examinam mulher durante Campanha da Voz: há despreparo dos agentes de saúde

Professores – E a correspondência prática desta observação ficou nítida durante a Semana Nacional da Voz, chegando inclusive a surpreender alguns especialistas. “Praticamente todos os professores que estamos examinando têm algum problema de disfonia funcional”, apontou o médico residente em Otorrinolaringologia pelo Hospital das Clínicas (HC) da Unicamp Marcelo de Oliveira, que prestou atendimento voluntário na sede da Associação dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeosp) em Campinas. Ali, em apenas um dia de atendimento, foram examinados 150 profissionais, número que só não foi maior devido à falta de adesão oficial das secretarias de ensino público à campanha.

principais sinais do câncer”, diz Gusmão.

Disfonias – Apesar de sua letalidade, o câncer está longe de ser a única patologia relacionada à falta de cuidado com a saúde vocal. Nesta lista podem ser incluídos os calos, pólipos e edemas como causadores de disfonias em geral, que, embora de tratamento mais simples, requerem cuidado sistemático. Essas disfonias são alterações da voz que geralmente decorrem de seu uso constante, sendo velhas conhecidas de profissionais como cantores, professores e advogados. A medicina aponta como sendo improvável a evolução de disfonias ocupacionais até a incidência de um câncer. De qualquer forma, a abrangência deste que se considera seu grupo de risco e os reflexos sociais do problema fazem com que ele mereça atenção.

Pesquisa realizada recentemente pela Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro mostrou que 26% dos professores sofrem ou já sofreram com a disfonia. Pior: num universo de 120 mil profissionais do magistério daquele estado, 300 estão atualmente afastados de seus cargos por problemas relacionados à voz. “Isso representa um custo de R\$ 3 milhões por ano para o poder público, que tem de substituir esses professores e remanejá-los para outros postos”, completa o otorrinolaringologista Ariovaldo

“O problema é que não há no país uma consciência de que a voz é um instrumento de trabalho e que, como tal, tem que ser preservado”, expõe o médico Luís Miguel Chiriboga, pós-graduando pela Universidade de São Paulo (USP) e também voluntário na campanha. “A prevenção é justamente o que diferencia o primeiro mundo do terceiro”, completa o médico. Ariovaldo da Silva, da Unicamp, amplia a análise, incluindo, até certo ponto, também a classe médica nesta defasagem. “Só nos últimos dois anos é que a questão da saúde vocal deixou de ser apenas uma idéia para ser encarada como um problema real de medicina do trabalho”, indica, lembrando que o tema deverá motivar um Consenso Médico de Disfonia Ocupacional ainda este ano.

E como prevenção continua sendo a palavra-chave, não há como fugir do diagnóstico e receituário finais. “Tudo isso deve ser encarado como um grande alerta”, sublinha o coordenador da campanha em Campinas Reinaldo Gusmão. “Estamos jogando uma semente entre a população e principalmente entre os agentes de saúde, que muitas vezes vêm de faculdades de medicina sem um bom embasamento. A idéia é que eles se reciclem e que em médio prazo esse quadro atual possa se reverter.”

CAMPANHA
CAMPANHA

O coral de cinco notas

Um grupo de pessoas vítimas de câncer de laringe no Rio de Janeiro vem fazendo do árduo processo de reabilitação vocal também uma lição de arte e de vida. Há oito anos elas formam

um coral composto apenas por pacientes que sofreram laringectomia total, ou seja, tiveram toda a laringe extraída devido à doença. O projeto foi idealizado e é até hoje conduzido pela fonoaudióloga Célia Schwarz Seif, há 29 anos integrante do Centro de Reabilitação Fonoaudiológica do Instituto Nacional do Câncer (Inca).

O objetivo central do coral é oferecer aos pacientes uma oportunidade de desenvolverem a voz esofágica – emitida por meio do esôfago – e, ao mesmo tempo, criar um ambiente de integração social útil ao processo de recuperação psicológica que precede a operação. “Não é um coral artístico, mas sim científico”, explica Célia, também professora de pós-graduação em Voz e Fonoaudiologia Hospitalar da Universidade Estácio de Sá. “Fazemos tudo isso para tentarmos devolver a qualidade de vida dos pacientes”, completa.

O grupo se reúne semanalmente e é composto por cerca de 15 pessoas, número que varia de acordo com o processo de recuperação dos indivíduos. No entanto, a grande maioria é de homens. “As mulheres têm uma certa timidez em expor a voz esofágica, que no início é um tanto frágil”, diz Célia. Isso porque com a remoção da laringe é perdido o fluxo de ar dos pulmões até a boca. A voz precisa então ser adaptada à corrente digestiva, um processo muitas vezes traumatizante, como explica a coordenadora do projeto.

Célia garante, porém, que a dedicação dos pacientes a projetos como o do coral, além de positiva para a recuperação pós-operatória, é sobretudo gratificante. “Vemos que os encontros e as atividades do coral acabam valorizando muito a vida deles. O resultado tem sido positivo em todos os sentidos”, sublinha.

Limitações - No repertório estão canções como “Cidade maravilhosa” e a inevitável “Parabéns a você”, já que as apresentações externas são feitas geralmente em festas de aniversário, a partir de convites. Contudo, o rol de peças ensaiadas pelo grupo não pode ser muito extenso devido às próprias limitações da voz esofágica. “Os pacientes só alcançam cinco notas, de dó a sol. A sexta nota (lá) às vezes sai e às vezes não”, explica Célia. “Temos que escolher



Coral com pessoas que tiveram a laringe extraída devido a câncer, do Rio de Janeiro: “Não é um coral artístico, é científico”

nosso repertório sempre em função disso”. Essa situação chegou inclusive a impedir que um regente, especialista em música, passasse a reger o coral no lugar da fonoaudióloga. “O maestro levantava as mãos esperando que os cantores subissem o tom da voz. Eu não tenho pretensões de ser maestrina, mas acabei ficando porque sei exatamente as limitações vocais do grupo”, conta.

Atualmente, a equipe está tentando introduzir uma menção ao projeto no *Guinness Book*, o livro dos records inglês. Seria o primeiro coral de laringectomizados do Brasil, pelo menos. “Não posso dizer que foi o primeiro coral deste tipo no mundo, mas até hoje também não fiquei sabendo de nenhum outro”, aponta Célia. Há cerca de dois anos a idéia de formar um grupo como o do Inca chegou a ser cogitada pela Associação de Laringectomizados de Leon, na Espanha. Na ocasião, a entidade solicitou a orientação de Célia para a criação do coral. O contato, porém, não evoluiu.

Reabilitação – No Rio de Janeiro, o coral dos pacientes do Inca é, na verdade, parte de um projeto maior, dividido em sucessivas fases para reabilitação vocal de pacientes com câncer e que necessitam ter a laringe removida. “O mais importante em qualquer etapa desse processo é vermos a pessoa como um todo, considerando sua parte corporal mas também o seu relacionamento com a família e tudo mais que seja importante para ela”,

explica Célia.

Ela diz que o trabalho para a recuperação da auto-estima dessas pessoas deve começar ainda antes da operação. “É muito importante que haja uma integração entre as equipes de oncologistas (médicos especialistas em câncer) e de fonoaudiólogos, a fim de que o paciente seja ouvido e preparado para saber o que vai acontecer com a sua voz”, diz. Para Célia, isso se tornaria ainda mais importante em países como o Brasil, onde a população dispõe de uma educação média incapaz de garantir o conhecimento dos processos médicos e dos métodos empregados para a recuperação da saúde. “Recebemos pessoas que muitas vezes não sabem o que é a laringe ou como funciona o mecanismo da voz”, conta. “Precisamos usar o discurso do paciente para saber o que ele está e não está preparado para saber.”

É após a cirurgia para retirada da laringe que o paciente passa a ter uma integração ainda mais efetiva com o Centro de Reabilitação Fonoaudiológica, para realmente começar a reabilitar sua voz. “Primeiro realizamos atendimentos individuais, dando exercícios para que a pessoa comece a manejar a voz esofágica, com uma, duas sílabas”, explica Célia. Segundo ela, a duração desse estágio inicial de reabilitação é bastante variável. “Tem paciente que na primeira vez já consegue emitir som”, cita. Nesse processo, aos poucos, a pessoa vai tendo oportunidades de falar em público e interagir com outros pacientes. A integração ao coral é o ponto alto da reabilitação. “Em todos esses momentos usamos

A voz como instrumento de trabalho

Problemas com o uso da voz são uma constante na vida de Minervina Gil Freitas. Professora de geografia de um colégio estadual em Campinas, ela já perdeu a conta de quantas vezes ficou rouca após forçar a voz em sala de aula. O exame que fez durante a Semana Nacional da Voz, na sede da Apeoesp, no último dia da campanha, garantiu que, apesar do desgaste e da inevitável disfonia, sua laringe não tinha nenhum problema mais grave. Mas sua situação, assim como a de milhares de professores da rede de ensino no país, não deixa de ser preocupante.

Para eles, a orientação principal dos fonoaudiólogos é que se evite falar em meio ao barulho ou por um longo tempo seguido. Minervina, porém, lamenta. “Isso foge completamente da nossa realidade”, diz, citando o ambiente explosivo de uma sala de aula e a sobrecarga a que muitas vezes se sujeitam os professores para garantirem um salário satisfatório. “De cada dez alunos, nove vão à escola só para bagunçar. E a gente chega a trabalhar nos três períodos, de manhã, à tarde e à noite. Não há a mínima condição para um professor manter cuidado com a voz”, afirma, taxativa.

O otorrinolaringologista Luis Miguel Chiriboga reconhece o transtorno. “Já vivi a experiência de atender professores que não tinham mais qualquer condição de dar aulas, estavam completamente impedidos de exercer a profissão”, conta. E o problema, segundo ele, não pode ser considerado apenas como uma fatalidade da profissão. “Nós sentimos muito a ausência de uma disciplina de impostação vocal no currículo dos professores”, diz. Também o modelo arquitetônico das escolas tem sua influência. As janelas das salas de aula, na maioria das vezes voltadas para o pátio, tornam o ambiente de ensino ainda mais barulhento, exigindo esforço extra da voz do professor.

Mesmo quando a saúde vocal está claramente afetada, são poucos os professores que procuram auxílio ou o devido repouso. “É difícil perder tempo correndo atrás de uma licença”, observa Minervina. “O que acontece é que a gente acaba passando



Equipe de atendimento na campanha: alertas à população

do o trabalho para os garotos de acordo com a nossa condição. Se não temos a voz, usamos mapas ou a lousa.”

Canto – Esse tipo de preocupação não é exclusividade de professores. E que o diga a regente do Coral Municipal “Em Canto” de Morungaba, Ana Salvagni. Manter a voz em forma é praticamente uma exigência da profissão. Para isso, além das orientações tradicionais, vale seguir também uma cartilha de exercícios específicos para cantores. Eles são feitos geralmente antes dos ensaios e, como aponta a fonoaudióloga Aline Wolf, fundamentais para o aquecimento da musculatura vocal. “As pregas vocais são um músculo e devem ser aquecidas como em qualquer outra atividade física”, ensina. “É como um aviso prévio do organismo para que o músculo entre em funcionamento”, completa, recomendando também distância de álcool, fumo e poluição.

“Normalmente, se um cantor fica rouco, isso é um sinal de que ele não está usando a voz corretamente”, reconhece Ana, que também trabalha à frente do coral “Da Boca para Fora”, de Barão Geraldo. Neste meio artístico, ela considera de primeira importância a busca pela orientação de um fonoaudiólogo, por exemplo. “Nós precisamos ter o controle da nossa voz, ter consciência do que acontece com ela”, afirma.

Cuidados que podem garantir uma voz saudável

- 1) Beber pelo menos dois litros de água por dia, mantendo a hidratação da laringe
- 2) Buscar atendimento especializado se usar a voz na profissão (professores, atores, cantores etc.)
- 3) Evitar o uso de pastilhas e soluções caseiras, que podem

O que pode prejudicar a saúde da voz

- 1) a mucosa da laringe
- 1) Fumo, álcool, drogas e poluição
- 2) Tossir, gritar muito ou pigarrear
- 3) Cantar ou gritar quando gripado
- 4) Falar em locais barulhentos
- 5) Mudanças bruscas de temperatura
- 6) Ambientes com muita poeira, mofo e cheiro forte

sebo brecho
Valise de
cronópio
móveis decoração

LIVROS - CDs
GBIS E REVISTAS
ROUPAS SEMI-NOVAS
E ACESSÓRIOS
MÓVEIS E TAPETES
ARTESANAIS

3289-0028

Av. Albino J. B. Oliveira 1351 (próximo ao Banespa)
R. Maria Luiza B. Pattaro 132 (entrada opcional)
Barão Geraldo - Campinas SP valise@tg.com.br

COMPORTAMENTO
COMPORTAMENTO

Graffiti fraterno

ÁLVARO KASSAB
kassab@reitoria.unicamp.br

Foi uma quarta-feira diferente para Almir da Silva Pinheiro, grafiteiro do Jardim Maria Rosa, periferia de Campinas. Sob um sol inclemente que tomava todo o Teatro de Arena do Instituto de Artes, Almir foi o protagonista do projeto *Conversa de Rua*, promovido dia 18 de abril pelo Laboratório de Estudos Urbanos da Unicamp (Labeurb). Entre jatos de precisão cirúrgica de *spray* na tela branca e acordes do grupo Rap Company saídos de um aparelho colocado na beirada do palco, o grafiteiro expôs ao público sua trajetória, um caldeirão de influências cujas raízes estão no trabalho comunitário.

Almir cresceu ouvindo as histórias contadas nas reuniões da Pastoral das Mulheres Marginalizadas, da qual fazia parte sua mãe, catequista da Comunidade Eclesial de Base (CEB) da Igreja Católica, voz dissonante no compadrio beneficente que assola os bairros da região dos DICs, uma das mais pobres e violentas de Campinas. Do engajamento em campanhas da fraternidade e de conscientização à arte foi um pulo. Primeiro, os palcos onde eram encenados os problemas da comunidade. Do teatro, Almir ingressou há três anos no movimento *hip hop*, celeiro da resistência cultural e porta de entrada do universo do grafite. Muros depois, ele engajou-se na ala mais consciente do movimento, responsável por oficinas em comunidades desassistidas, hospitais e até em unidades da Febem.

Segundo Eni Orlandi, professora do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) e coordenadora do Labeurb, relatos como o de Almir são a essência do projeto *Conversa de Rua*, parte de uma ampla pesquisa batizada *O sentido público no espaço urbano*. O trabalho se propõe a compreender os processos sociais por meio da linguagem, sem dispensar a contribuição de intelectuais de outras áreas. O "ouvir a rua", na análise de Eni, desmonta, de uma certa forma, os efeitos do discurso linear e batido sobre a violência urbana, mostrando que há formas interessantes de manifestações na cidade.

O grafite, na opinião da coordenadora do Labeurb, é importante por revelar, do ponto de vista da linguagem, a constituição de um sujeito social "diferente", relacionado às mudanças nas relações entre a sociedade e as novas tecnologias. "Acho que o grafite e outras formas populares de linguagem mostram as novas maneiras de dizer e de significar, que são muito importantes. A gente precisa ficar atenta a elas para compreender que sujeitos somos em relação a essa sociedade", diagnostica Eni, autora da pesquisa *Falas Desorganizadas*, trabalho que, segundo ela, "desmancha um pouco a idéia de que a linguagem é uma coisa homogênea".

Eni não tem dúvidas de que o espaço social está sendo silenciado



Almir, grafiteiro:
oficinas em
comunidades
desassistidas

em nome do entorpecimento dos sentidos e, principalmente, da separação deliberada entre o erudito e o popular, entre o formal e o informal. Esse jogo maniqueísta impede que sejam percebidas novas manifestações gestadas dentro da sociedade, alimentando uma rede de preconceitos e de intolerância que invariavelmente culmina na segregação. Para ela, que trabalhou com poesia urbana e com *rap*, o exemplo de como o último é visto é emblemático. "Você não pode dizer que o *rap* é informal. Ele é criativo, muito elaborado. Mexer com isso não deixa de ser uma forma de deslocar, de tentar dar espaço aos sentidos que estão sendo colocados."

A pesquisadora aposta que, dos sentidos que emergem, vão surgir novas formas de relação com o espaço urbano, que resultarão numa melhor condição de vida, não apenas para seus protagonistas, mas para todos. "O investimento mais forte do Labeurb é quebrar essa coisa de falar para não dizer, falar para não significar, para não deixar significar. É preciso falar para encontrar sentido nessas relações dentro da cidade." Definição que se aproxima daquela que Almir tem da livre expressão. "A gente é que nem água, onde tem uma fresta a gente está entrando".

No laboratório

Eni Orlandi

'Por meio dos estudos da linguagem você consegue compreender processos sociais importantes, inclusive aqueles que desembocam na violência. Ao invés de tomar a violência como algo já pronto, a gente começa a trabalhar antes, percebendo como no social vão se produzindo sentidos que acabam concorrendo para isso'

'As pessoas têm razão em querer se proteger, só que no mesmo gesto de proteção, sobretudo nos bolsões, elas estão se expondo, porque o social fica descoberto'

'Trabalhamos com a linguagem funcionando na sociedade e na história, e não como gramática fechadinha, mas sim como ela é vivenciada pelos sujeitos, dentro do espaço de vivência'

'Precisamos conhecer bem essa coisa sobre a qual estamos falando. Ao invés de a gente tratar as pessoas como objeto de pesquisas, a gente resolveu fazer o inverso, isto é, trazê-las para dentro da universidade, para que elas tenham possibilidade de falar sobre suas experiências, discutindo com a gente o nosso projeto'



Eni, do Labeurb: buscando o sentido público no espaço urbano

Na rua

Almir da Silva Pinheiro

'A criação de uma entidade é uma forma política de a gente cobrar. Se pagamos impostos, se a tinta que a gente compra tem imposto, nada mais justo que a gente exija algo em troca do governo. Seja em espaço ou evento'

'A classe média produz e consome cultura enlatada. Quando produz, espera retorno. A gente não faz arte esperando retorno, mas sim para conscientizar'

'O contato com a universidade é interessante por que a gente fica próxima de um público que tem outra visão. É um contato que possibilita, também, a troca de idéias com outros artistas'

'Tenho um pé atrás com a mídia. Muitas vezes ela distorce tudo, fica apenas no que é interessante para ela, naquilo que está na moda. O grafite não é modismo, é mais que rolo, spray e latex. Modismo é massificação'